

DIRETRIZES DA AÇÃO EVANGELIZADORA



Diocese de Lages
2015-2021

ORAÇÃO DE ACOLHIDA DAS NOVAS DIRETRIZES

Deus da Vida e do Amor,
Trindade Santa, a melhor comunidade!
Olha para esta pequena porção do Povo de Deus que está
na diocese de Lages,
neste tempo de acolhida das novas Diretrizes da Ação Evangelizadora.

Nós somos o Povo Serrano,
Povo da terra das araucárias, a árvore da terra do povo livre!
Povo da terra do Karú, esta terra boa e nossa!
Queremos nos evangelizar, caminhando juntos,
a partir de baixo e sempre ao lado dos pequenos e últimos.
Animados pela Palavra e pela Eucaristia,
em Grupos de Família - Comunidades Eclesiais de Base.
Na partilha do que somos e temos, do que podemos e sabemos,
vamos continuar participando na construção
de uma Igreja e de uma Sociedade sem exclusões,
justas, fraternas e solidárias, sinais do Reino Definitivo:
no cuidado com a Vida do Planeta, nossa casa comum;
na misericórdia com as pessoas empobrecidas e sofredoras,
na construção de um mundo onde caibam todos os mundos!
Com Maria, Mãe de Misericórdia,
Companheira na travessia deste “vale de lágrimas”
para um novo tempo de “vida, doçura e esperança nossa”.
Amém! Axé! Awere! Aleluia!

**DIRETRIZES DA AÇÃO
EVANGELIZADORA
Diocese de Lages
- 2015 a 2021 -**

MISSÃO DA IGREJA

*Através da ação evangelizadora, fazer com que
as mulheres e os homens
da Região Serrana, no seguimento de Jesus Cristo,
vivam o mandamento do amor:
“Eu vim para que todos tenham vida
e a tenham em abundância”. (Jo 10,10)*

OBJETIVO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

*Nós somos o Povo Serrano.
Queremos nos evangelizar,
animados pela Palavra e pela Eucaristia,
em Grupos de Família-CEBs,
participando na construção de uma Igreja
e de uma Sociedade sem exclusões,
justas, fraternas e solidárias;
sinais do Reino Definitivo.*

APRESENTAÇÃO

Caríssimos irmãos e irmãs;

Desde o Concílio Vaticano II até os dias atuais, temos percebido de forma cada vez mais intensa a necessidade e a beleza de “caminhar juntos”. Foi com este espírito que realizamos a revisão das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Diocese de Lages. Foi um caminho pensado e construído com a participação afetiva e efetiva de muitas pessoas. Essa é a estrada que queremos e devemos trilhar.

O papa Francisco nos fala que no mundo em que vivemos e que somos chamados a amar e servir se exige da Igreja um esforço conjunto em todas as áreas da missão. Por isso, o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio. A palavra “Sínodo” que significa “caminhar juntos” deve ser posta em prática a partir das novas Diretrizes da Ação Evangelizadora para que elas iluminem nossa Ação Pastoral pelos próximos anos e em todos os níveis de Serviço em nossa Diocese.

Este “Caminhar juntos” implica em sermos uma Igreja da escuta, ciente de que escutar “é mais do que ouvir”. É uma escuta recíproca, onde cada um, independente de seu ministério, tem algo a dizer, mas principalmente tem algo a aprender. Neste caminhar em Comum-união, entendemos que dentro dela ninguém pode ser “elevado” acima dos outros. Pelo contrário, na Igreja, é necessário que alguém “se abaixe” pondo-se ao serviço dos irmãos e irmãs ao longo do caminho, principalmente os que estão à margem do caminho.

A partir das seis faces do rosto pastoral de nossa Diocese – Ministerial, Participativa, Celebrativa, Ecumênica e do diálogo Inter-religioso, Missionária e Sociotransformadora – e a partir do chão de nossa realidade serrana, certamente estaremos anunciando o Evangelho de Jesus Cristo e vivenciando esta Igreja à serviço da vida.

Agradeço a colaboração de todos/as que “caminharam conosco” neste trabalho. Ele certamente dará muitos frutos para nossa Igreja Diocesana. Confio que todas as nossas paróquias, comunidades, agentes de pastoral, leigos e leigas, religiosas e religiosos, presbíteros, diáconos permanentes, seminaristas, com o olhar e a prática da Misericórdia, assumirão com alegria e entusiasmo este “jeito” de ser Igreja que acolhemos nas Diretrizes.

Como discípulos/as missionários/as, sob a ação do Espírito Santo, continuemos firmes na construção de uma Igreja e de uma Sociedade sem exclusões, justas, fraternas e solidárias, sinais do Reino definitivo.

Que Nossa Senhora dos Prazeres nossa padroeira e nossa companheira de caminhada interceda por nós! Amém

Lages, 29 de novembro de 2015.
Dom Frei Irineu Andreassa
Bispo Diocesano de Lages

Ver



NÓS SOMOS O POVO SERRANO

Das águas nascem a Vida e a localização da Diocese

1. Nossa Diocese tem como casa a bonita Região Serrana, localizada no Planalto Catarinense. Esta terra começa nos picos da Serra Geral, onde Deus Criador desenhou e repartiu o rumo das águas. Como presente do Deus da vida e das águas, a Diocese recebeu o Canoas e o Pelotas. Os dois rios nasceram com a cabeça no mesmo travesseiro. Depois, um começou a estender seu corpo pelos penhascos e vales de Urubici e o outro acomodou-se pelos campos de Bom Jardim da Serra. Os dois correm devagar, contornando com doçura as terras serranas, até se encontrarem de novo num abraço fraterno, no Entre-Rios, em Celso Ramos.

2. Para alegrar esta terra, o Espírito Criador de todas as águas desenhou outros rios. O Caveiras fornece vida a Lages e dá abrigo a Nossa Senhora dos Prazeres, Padroeira da Diocese e Companheira de Caminhada do povo serrano. O Marombas diz até onde vão as terras da Diocese, nos campos de Curitibanos. O Lava-Tudo e o João Paulo receberam outra missão: banhariam pastagens, contornariam colinas e capões, garantiriam o beber tranquilo dos animais e se constituiriam nas lágrimas brilhantes das tristezas e alegrias do Povo da Terra. As centenas de sangas, lageados, ribeirões e outros rios teriam o encargo de molhar e garantir a fertilidade da terra, já temperada pelo suor dos agricultores e agricultoras da terra dos pinheirais.

3. Junto ao pinheiro araucária crescem a imbuia, canela, sassafrás, guabiroba, bracinga, cedro, xaxim, formando os campos e capões. Cresce também a erva-mate, erva da amizade e companheira nas rodas de chimarrão e nas cozinhas de chão. A região do Planalto Catarinense tem uma altitude média de 800 metros, com montanhas atingindo até 1.800 metros. Entre as colinas e montes, gosta de passear o vento minuano que vem do sul. A temperatura raramente supera os 25°C e, no longo inverno, ocorrem geadas e neves atingindo alguns graus abaixo de zero. A Diocese de Lages está situada na região mais fria do Brasil.

Karú: esta terra é boa e é nossa!

4. Existe uma antiga palavra para nomear a terra do Planalto Serrano na Diocese de Lages. Esta palavra é “Karú”. Nas antigas línguas indígenas guarani e araucana, esta palavra significa “terra”, “fartura”, “partilha”, “comida abundante”. Por muito tempo a expressão “Karú” foi usada para

depreciar o povo caboclo desta terra. Hoje, ouvindo a sabedoria indígena, sabemos que a palavra “Karú” possui muita força de dignidade. “Karú” é a terra boa e de fartura onde vivemos. “Karú” é a terra de partilha. “Karú” é a terra dos pinheiros araucárias.

Pinheiro Araucária: a árvore do Povo Livre!

5. Nesta terra boa e farta, no “Karú”, cresce o pinheiro araucária que, na língua araucana significa: árvore-da-terra-do-povo-livre. A árvore da vida e da liberdade. Assim escreve Pablo Neruda, poeta de nossa América e prêmio Nobel de literatura:

*“Aqui vem a árvore da tormenta,
a árvore do povo.
Da terra sobem os heróis
como as folhas pela seiva,
e o vento despedaça as folhagens
de multidão rumorosa,
até que cai a semente
do pão outra vez na terra.
Esta é a árvore dos livres.
Afoga-a a água tempestuosa
de nossa época noturna,
mas seu mastro faz balançar
o círculo de seu poder.
Esta é a árvore
a árvore do povo,
de todos os povos
da liberdade, da luta.
Assoma-te à tua cabeleira:
defende o fim de suas corolas,
comparte as noites hostis,
vigia o ciclo da aurora,
respira a altura estrelada,
amparando a árvore,
a árvore
que cresce no meio da terra.”*

(Pablo Neruda – Os Libertadores – Canto Geral)

6. Hoje a paisagem mudou de rosto. As araucárias estão desaparecendo. Grandes áreas de campo e terras agricultáveis estão sendo destinadas para o agro e hidronegócio: o plantio do pinus e do eucalipto para a indústria da madeira e do papel, para o plantio de soja e para a construção de pequenas e grandes barragens. Hoje alguns rios encontram-se poluídos. Outros rios desaparecem, formando grandes inundações artificiais. A terra boa das águas correntes torna-se a terra cansada das águas paradas.

A Terra e o Povo da Terra clamam por justiça

7. Muitas regiões de nossa Diocese padecem por falta de água em consequência do compulsivo desmatamento da mata ciliar e ressecamento das fontes. Com o passar do tempo, a terra do pinheiro araucária, o “Karú” da árvore do povo livre, torna-se terra escravizada pela invasão do pinus e do eucalipto, as árvores do povo escravizado. A agricultura familiar é de subsistência: milho e feijão. Muitos agricultores começam a diversificar a produção, corrigindo o solo desgastado. Plantam sem utilizar agrotóxicos. Nas últimas décadas, surgem lavouras de alho, cebola, batata, tomate, fumo, moranga, maçã, uva e kiwi. De um lado, a agricultura gera o subemprego ou a mão-de-obra assalariada, permanente ou temporária (boias-frias). De outro, fortalece-se a agricultura familiar, a agroecologia e as ocupações de terra por parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), os assentamentos e reassentamentos por obra da Reforma Agrária e do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens).

8. Enquanto na Região Serrana o gado e o pinus têm terra e águas abundantes, muita gente não tem terra e dignidade. Continua sendo alarmante a presença massiva e devastadora do gado em nossa região. Cada vez mais estamos percebendo enormes mudanças climáticas. O clima ficou bem mais quente no verão. Os oceanos aumentaram seus níveis por causa do degelo das neves “eternas” na Antártida. As chuvas e as secas vêm de forma arrasadora. O mundo inteiro está seriamente preocupado com a saúde da Terra e dos seres vivos que peregrinam na Terra. A região serrana de Santa Catarina possui uma grande responsabilidade ética a este respeito. Muitos estudos demonstram como a criação massiva de gado contribui significativamente para o aquecimento da Terra (efeito estufa). A criação de gado é responsável pela emissão de milhões de toneladas de gases. Além disso, grandes quantidades de água e terra são necessárias para a produção de carne e leite. Um quilo de carne de gado “custa” em poluição para a saúde da Terra, o equivalente aos gases tóxicos produzidos por um carro rodando por quatro horas. Na região da diocese de Lages há mais gado que gente, o que significa que o boi tem mais direito à terra do que as pessoas.

9. Nos últimos anos, o território da terra do Karú, da terra da araucária, da terra da “árvore do povo livre”, ficou cada vez mais acorrentado ao monocultivo de uma árvore antes desconhecida, exótica, estranha: o “pinus americano”. Precisamos ficar cada vez mais atentos ao enorme estrago para a terra e para a água que estamos promovendo com todas as formas de monocultivo (pinus, soja, eucalipto, gado, entre outros). O monocultivo cansa, empobrece, mata todas as formas de vida da terra e da água. Estas não são nossas propriedades, mas bens universais que pedimos humildemente emprestados para as gerações futuras.

10. A leitura da realidade atual de nossa diocese nos mostra que fizemos passos significativos na superação da desigualdade, através de nossas relações de solidariedade, partilha e compromisso com as pessoas empobrecidas. O *produto interno bruto (PIB)* representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região. O *PIB per capita* é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes desta região. Em 2012, o PIB per capita/mês no Brasil foi de R\$ 1.886,86 e, em Santa Catarina, foi de R\$ 2.314,25. Observando a **TABELA 1**, vemos que apenas um município da Região Serrana (Otacílio Costa) têm o *PIB per capita/mês* acima da média nacional e estadual. Todos os demais estão abaixo, sendo que os habitantes de 14 municípios (63,6%) tem um *PIB mensal* abaixo da metade do *PIB per capita estadual*. Estes dados revelam, do ponto de vista econômico, o nível de empobrecimento da Região Serrana em relação às demais regiões do estado de Santa Catarina.

11. O Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 é uma publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou

da renda, para o ser humano (cf.: <http://www.pnud.org.br/IDH>). O IDH é medido em cinco níveis, de 0 a 1: Muito Baixo (0 a 0,499), Baixo (0,500 a 0,599), Médio (0,600 a 0,699), Alto (0,700 a 0,799) e Muito Alto (0,800 a 1). Nos municípios que compõe o território onde está a Diocese de Lages, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), cresceu significativamente nos últimos 22 anos. Em 1991, enquanto três municípios apresentavam IDHM baixo (Curitibanos, Lages e Otacílio Costa), todos os demais estavam no nível de IDHM muito baixo. Uma situação comparável a alguns países da África ou aos bolsões de miséria do nordeste brasileiro. Em 2013, O IDH do Brasil chegou a 0,744 (79º lugar no ranking global) e o de Santa Catarina 0,774 (3º lugar no ranking nacional). Dos 246 municípios catarinenses que têm um IDHM alto, apenas cinco (2,0%) estão na região serrana (Celso Ramos, Correia Pinto, Curitibanos, Lages e Otacílio Costa). Por outro lado, dos 38 municípios de Santa Catarina que têm um IDHM médio, dezoito (47,3%) estão na região serrana. Mesmo que o município de Cerro Negro ocupe a última posição no ranking estadual e outros catorze municípios (65,2%) estejam entre os cinquenta municípios catarinenses com menores índices de qualidade de vida, é importante considerar que, atualmente, nenhum município da região serrana tem IDHM baixo ou muito baixo, como era a situação de 1991 (cf. **TABELA 1**).

Tabela 1
REGIÃO SERRANA DE SC (População Urbana e Rural – PIB – IDHM)

MUNICÍPIO	PIB Per capita/mês 2012	População Urbana 2010	População Rural 2010	IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) 2000	IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) 2013	Ranking SC - 2013
Anita Garibaldi	R\$ 852,39	4.551 (52,7%)	4.072 (47,3%)	0,544	0,688	256º
Bocaina do Sul	R\$ 1.093,47	967 (29,4%)	2.323 (70,6%)	0,505	0,647	287º
Bom Jardim da Serra	R\$ 1.030,54	2.397 (54,5%)	1.998 (45,5%)	0,553	0,696	242º
Bom Retiro	R\$ 1.250,35	6.417 (71,7%)	2.525 (28,3%)	0,560	0,699	233º
Campo Belo do Sul	R\$ 1.104,16	4.406 (58,8%)	3.077 (41,2%)	0,488	0,641	289º
Capão Alto	R\$ 1.769,71	962 (35,0%)	1.791 (65,0%)	0,506	0,654	283º
Celso Ramos	R\$ 942,76	872 (31,5%)	1.899 (68,5%)	0,562	0,719	183º
Cerro Negro	R\$ 870,20	764 (21,3%)	2.817 (78,7%)	0,475	0,621	293º
Correia Pinto	R\$ 1.872,96	12.022 (81,3%)	2.719 (18,7%)	0,587	0,702	227º
Curitibanos	R\$ 1.356,89	34.769 (92,1%)	2.979 (7,9%)	0,621	0,721	178º
Frei Rogério	R\$ 1.312,61	706 (28,5%)	1.768 (71,5%)	0,533	0,682	261º

Lages	R\$ 1.779,16	153.937 (98,2%)	2.790 (1,8%)	0,674	0,770	50°
Otacílio Costa	R\$ 2.324,54	14.891 (91,0%)	1.446 (9,0%)	0,635	0,740	127°
Painel	R\$ 1.087,61	945 (40,1%)	1.408 (59,9%)	0,528	0,664	275°
Palmeira	R\$ 1.808,98	925 (39,0%)	1.448 (61,0%)	0,521	0,671	269°
Ponte Alta	R\$ 1.142,03	3.578 (73,1%)	1.316 (26,9%)	0,520	0,673	267°
Ponte Alta do Norte	R\$ 1.646,17	3.007 (91,0%)	296 (9,0%)	0,576	0,689	255°
Rio Rufino	R\$ 980,90	688 (28,2%)	1.748 (71,8%)	0,544	0,653	285°
São Cristóvão do Sul	R\$ 1.135,37	3.800 (75,8%)	1.212 (24,2%)	0,518	0,665	274°
São Joaquim	R\$ 1.182,47	17.573 (70,8%)	7.239 (29,2%)	0,589	0,687	257°
São José do Cerrito	R\$ 784,63	2.492 (26,8%)	6.781 (73,2%)	0,502	0,636	290°
Urubici	R\$ 1.036,25	7.006 (65,5%)	3.633 (34,5%)	0,592	0,694	247°
Urupema	R\$ 1.072,67	1.232 (49,6%)	1.250 (50,4%)	0,578	0,699	233°
TOTAL		278.907 (82,6%)	58.639 (17,4%)			

(Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000-2010 e Atlas do Desenvolvimento Humano/2013 – PNDU-ONU)

Muitas faces formam o rosto do Povo Serrano

12. A história do povo serrano vem de longe, do povo indígena araucano da terra das araucárias, da terra do “Karú”. Há 4 mil anos, os índios Kaingangs, Xoklengs, Guaranis e Carijós habitavam esta região da América do Sul. As grutas das montanhas de Urubici, a Serra do Corvo Branco e do Rio do Rastro, os sítios arqueológicos em Anita Garibaldi e Celso Ramos, são documentos históricos da presença destas culturas. No ano de 2004 foi encontrado no sítio arqueológico de Celso Ramos resquício em cerâmica, considerado pelo exame científico do “carbono 14”, o mais antigo das Américas, datado como sendo de 2.860 a.C. (cf. Correio Lageano, 25/10/2004).

13. Os colonizadores portugueses, a partir de 1500, submeteram os índios e, em 1600, capturaram negros da África para o trabalho escravo. Em 1658 chegaram em Santa Catarina os primeiros negros escravos. A maior concentração deu-se no litoral, pois as armações da pesca da baleia exigiam o trabalho escravo. Quando houve a extinção das armações de baleias, em 1851, havia no litoral catarinense mais de 15 mil negros escravos. Uma parte destes foram vendidos para o trabalho nas fazendas do Planalto Serrano. Quando falamos da fundação de Lages, imaginamos Antônio Correia Pinto de Macedo acompanhado por 12 famílias de escravos. Mas, desde 1660, estavam chegando neste Planalto os antepassados de fazendeiros e estes foram senhores de escravos. Os escravos comprados em nossa região vinham também de outras regiões do Brasil e da África. Os escravos não podiam ler e escrever. Não podiam também ficar doentes por mais de sete dias, pena a tortura corporal ou a venda. Desta situação de violência e necessidade vem o costume da cura através do poder das ervas, tão presente em nossa medicina popular. Existem escrituras da compra de escravos na feira de gado de Sorocaba, em 1848. Existem também escrituras de escravos vindos da Nigéria. Muitas escravas negras “perdiam” suas crianças no parto e isso fazia com que amamentassem os filhos das senhoras brancas.

14. Os principais colonizadores da Região Serrana foram os bandeirantes paulistas. Vieram com a finalidade de definir e guarnecer a fronteira entre os colonizadores portugueses e espanhóis. Começou, portanto, há 500 anos, a disputa entre os poderosos e a exploração econômica sobre a maior parte da população serrana. As consequências do poder concentrado, da exploração econômica, da dominação e submissão cultural permanecem até hoje na vida do povo serrano. O nível de qualidade de vida de alguns municípios da Região Serrana é comparado ao nível de algumas regiões do Nordeste brasileiro.

15. Lages foi fundada em 1766 por Antônio Correia Pinto de Macedo. Era uma vila de pouso e passagem do gado das “Vacarias” (RS), até Curitiba (PR) e Sorocaba (SP). Muitos dos moradores são descendentes de tropeiros que acompanhavam o gado. O poder político e econômico sempre esteve ligado às fazendas de criação de gado. Depois veio a exploração do pinheiro e do agro-negócio. A presença dos Kaingangs, Xoquelens, Araucanos, Guaranis, Carijós, povos indígenas; Sudaneses, Yorubás, Minas, Gegês e Bornéus, vindos da África; Portugueses, Espanhóis, Alemães e Italianos, vindos da Europa, constituem etnias e culturas que modelaram a face do povo serrano. Uma face bonita, com pele morena e olhos brilhantes de jaboticaba madura. A face cabocla é o rosto predominante. O rosto caboclo, junto a rostos negros e brancos, forjou o povo serrano.

Muita terra nas mãos de pouca gente

16. A Diocese de Lages ocupa 1/5 do território do Estado de Santa Catarina. Isso significa que somos a Diocese com a maior extensão territorial do Estado. Por outro lado, somos a Diocese com a menor densidade demográfica (habitantes por km²) de Santa Catarina. Nosso Estado possui uma média de 65 habitantes por km². Na Região Serrana a média é de 19 habitantes por km². É muita terra nas mãos de pouca gente. Ao ver estes números, parece não haver crescimento populacional. Mas não é assim. Nasce muitas crianças. Então, por que não cresce a população na região? Porque no campo a grande maioria da população é de crianças e idosos. Os jovens vão procurar vida melhor em Lages e Otacílio Costa. Depois, seguem para Caxias do Sul, Florianópolis, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bento do Sul, Criciúma... É um êxodo permanente.

17. Somos um povo migrante, obrigado a ir embora da terra. Enquanto em Santa Catarina, a população cresce significativamente (16,68% de 2000 a 2010), na Região Serrana, esta média de crescimento populacional é muito pequena (1,09% de 2000 a 2010). Na Diocese de Lages, como em todo país, muitas pessoas deixam o campo para viver na cidade. Em nossa Diocese, 1 pessoa a cada 5 vive no campo, e 4 pessoas a cada 5 vivem na cidade (cf. **TABELA 1**). Dos 23 municípios que compõem o território da Diocese de Lages, 12 registraram uma diminuição da população entre 2000 e 2010, sendo que cinco municípios superaram os 10% de redução populacional. Isto não se deve à diminuição do número de nascimentos ou ao aumento de óbitos mas, principalmente, ao fascínio pela “cultura urbana” associado à drástica ocupação do território agricultável pelo monocultivo da soja e do “pinus”(agronegócio) e pela instalação de pequenas e grandes barragens (hidronegócio).

Tabela 2
REGIÃO SERRANA DE SC - População e Pertença Religiosa 2010

MUNICÍPIO	População Total 2000	População Total 2010	Varição demográfica 2000_2010	Católica Apostólica Romana	Outras denominações religiosas
Anita Garibaldi	10.273	8.623	-16,06%	7.728 (89,6%)	828 (10,4%)
Bocaina do Sul	2.980	3.290	+ 10,40%	3.053 (92,8%)	200 (7,2%)
Bom Jardim da Serra	4.079	4.395	+ 7,74%	3.893 (88,5%)	480 (11,5%)
Bom Retiro	7.967	8.942	+ 12,23%	7.760 (86,7%)	1.049 (13,3%)
Campo Belo do Sul	8.051	7.483	- 7,05%	6.990 (93,4%)	432 (6,6%)
Capão Alto	3.020	2.753	- 8,84%	2.493 (90,5%)	221 (9,5%)
Celso Ramos	2.844	2.771	- 2,56%	2.508 (90,5%)	242 (9,5%)
Cerro Negro	4.098	3.581	- 12,61%	3.412 (95,2%)	143 (4,8%)
Correia Pinto	17.026	14.785	- 13,16%	11.071 (74,8%)	3.190 (25,2%)
Curitibanos	36.061	37.748	+ 4,67%	30.687 (81,2%)	5.501 (18,8%)
Frei Rogério	2.971	2.474	- 16,73%	2.105 (85,0%)	321 (15,0%)

Lages	157.682	156.727	- 0,60%	119.703 (76,3%)	31.232 (23,7%)
Otacílio Costa	13.993	16.337	+ 16,75%	13.124 (80,3%)	2.907 (19,7%)
Painel	2.384	2.353	- 1,30%	2.146 (91,2%)	182 (8,8%)
Palmeira	2.133	2.373	+ 11,25%	1.961 (82,5%)	399 (17,5%)
Ponte Alta	5.168	4.894	- 5,30%	4.069 (83,1%)	686 (16,9%)
Ponte Alta do Norte	3.221	3.303	+ 2,54%	2.633 (79,7%)	534 (20,3%)
Rio Rufino	2.414	2.436	+ 0,91%	2.335 (95,8%)	90 (4,2%)
São Cristóvão do Sul	4.504	5.012	+ 11,28%	3.672 (73,2%)	1.221 (26,8%)
São Joaquim	22.836	24.812	+ 8,65%	22.705 (91,5%)	1.702 (8,5%)
São José do Cerrito	10.393	9.273	- 10,78%	8.839 (95,3%)	417 (4,7%)
Urubici	10.252	10.699	+ 4,36%	9.039 (84,5%)	1.339 (15,5%)
Urupema	2.527	2.482	- 1,78%	2.266 (91,3%)	174 (8,7%)
	333.906	337.546	+ 1.090%	271.092 (81,2%)	53.294 (18,8%)

(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000-2010)

18. Nossa Diocese é fortemente marcada pela fé e a religiosidade. O último Censo Religioso realizado em 2010 mostra que grande parte da população se define Católica Apostólica Romana. No entanto, os números mostram que também aumentaram as pessoas que se definem pertencentes a outras denominações religiosas. Enquanto no Brasil, a população que se declara Católica Apostólica Romana passou de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010, na região serrana, este percentual passou de 92,4% para 81,2% (cf. **TABELA 2**). Por isso, é ainda mais urgente cultivar um coração ecumênico que nos ajudem a reforçar nossa identidade religiosa no seguimento de Jesus e na construção do Reino, através do diálogo e da busca da unidade.

A história da Evangelização na Região Serrana

19. O povo negro e o povo caboclo têm fortes raízes e influências nas tradições religiosas de nossa região. Muitas vezes a evangelização foi uma experiência de violência com esse povo. A evangelização, então, sempre se fez presente na história da Região Serrana. O próprio fundador de Lages, Antônio Correia Pinto, em 1766, trouxe consigo a devoção a Nossa Senhora dos Prazeres, para ser a madrinha e protetora do povoado. Mais tarde, por lei municipal, Padroeira do município; depois, Padroeira da Diocese e titular da Catedral Diocesana. Padres Diocesanos e Franciscanos chegaram para o anúncio do Evangelho. Em 1768, Lages foi elevada a paróquia, sob o patrocínio de Nossa Senhora dos Prazeres e confiada aos padres diocesanos. A partir de 1891, a paróquia foi atendida pelos padres franciscanos, que também assistiam pastoralmente Campos Novos, São Joaquim e Curitiba; mais tarde, assumiram as providências de organização da nova Diocese, criada em 1927 e instalada definitivamente em 18 de outubro de 1929. Daí para frente, a tarefa principal girou em torno da estruturação e evangelização da nova Diocese, estando à sua frente o primeiro bispo diocesano Dom Daniel Henrique Hostin, ofm (1927-1973). Depois, assumiu Dom Honorato Piazero, scj (1973-1987) e Dom Oneres Marchiori, a partir de 1987. Em 11 de novembro de 2009, foi nomeado bispo da diocese de Lages, Dom Irineu Andreassa, ofm.

Os diversos modos de ser Igreja

20. De 1766 até os dias atuais, a Igreja presente na Diocese de Lages caracterizou-se por diversos modos de ser, que marcaram a história da Evangelização no contexto sócio-econômico-político-cultural e religioso vivido pelo povo serrano, desde as suas origens.

IGREJA “CABOCLA”

21. Nos primeiros tempos (1766-1920), expressou-se uma “Igreja Cabocla”. As manifestações religiosas, os cultos e as crenças partiam da intuição da fé afro-luso-brasileira ou cabocla, obedecendo à cultura própria da região e à resistência do povo empobrecido. Ao mesmo tempo, o povo recebia a presença missionária dos padres, que de tempo em tempo, visitavam os povoados e vilas para a celebração dos Sacramentos.

22. A origem dessa forma religiosa deve ser buscada no catolicismo popular vindo da fé africana, indígena e das pessoas que acompanharam os colonizadores portugueses. As principais manifestações religiosas eram as festas do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora dos Prazeres, de Santa Cruz, Senhor Bom Jesus e Nossa Senhora do Rosário. Esta última se originou da presença de muitas ermidas ou capelinhas espalhadas pela região. A vida religiosa da população cabocla sempre foi caracterizada por muitas devoções. Nesta religião de poucos padres, não faltavam ministérios como, parteiras, benzedeiras, puxadoras de rezas, capelães, festeiros, curandeiros e curandeiras, penitentes, cantadores, cuidadores de capelas e de cemitérios.

23. Expressões de liderança política e espiritual da Igreja Cabocla foram João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria, pessoas de liderança significativa em todo Planalto Catarinense. Esses “monges” ou “profetas”, como eram denominados pela população, exerceram forte influência sobre essa forma de religião popular. A história conta que andaram pela região, no período de 1870 a 1916. Passavam de casa em casa abençoando, curando, fazendo profecias, plantando cruzes próximas às fontes de água, nas grutas e convidando o povo a rezar e lutar contra a fome, a peste e a guerra.

24. Os “monges-profetas” são lembrados ainda hoje, em inúmeras comunidades; em muitas famílias encontram-se fotografias; há nomes de batismo como “João Maria”, lembrando a devoção ao monge; fontes e grutas recebem verdadeiras romarias, lembrando a fé e a forma religiosa da “Igreja Cabocla”. Não resta dúvida de que os monges orientaram condutas e estilos de vida, e ainda hoje habitam o imaginário individual e coletivo de muitas pessoas e grupos no Planalto Serrano. De certo modo, os monges tiveram a função de agentes explicadores da realidade no contexto de um ambiente rústico, empobrecido, sem escola, e cujos valores culturais são reproduzidos e perpetuados pela tradição oral.

25. Os “monges-profetas” apresentaram mística capaz de aglutinar os caboclos e muitas mulheres, entre elas Maria Rosa, a ponto de fortalecerem a solidariedade e a cooperação em suas comunidades e resistirem às Forças Nacionais e ao Capital Internacional, na Guerra do Contestado (1911-1916).

IGREJA “ROMANA”

26. Até 1926 a Igreja em Santa Catarina encontrava-se organizada numa única Diocese, a Diocese de Florianópolis. Devido à extensão geográfica e às necessidades pastorais, as primeiras Dioceses desmembradas foram Joinville e Lages, com a bula papal “*Inter Praecipua*” de 1927. Nos tempos da instalação da Diocese, o modelo de Igreja foi a “Igreja Romana”, ou seja, processou-se a romanização da Igreja, configurada no Concílio de Trento (1535) e nas orientações disciplinares do Concílio Vaticano I (1875). As preocupações fundamentais da ação pastoral centravam-se na celebração dos sacramentos, na disciplina, enquanto aplicação das normas jurídicas, na catequese, fortalecendo os conteúdos e verdades da fé católica. Foi um modelo de Igreja fundamentado na “razão”, isto é, a pessoa cristã deveria saber as razões da sua fé, conhecer a doutrina através do catecismo. Este trabalho, embora caracterize uma Igreja hierárquica, juridicista e doutrinal, deu consistência religiosa às atuais comunidades católicas. Foi o tempo da estruturação da Diocese de Lages, que se estendia no planalto, centro e oeste do Estado (1920-1964). Fundou-se o Seminário Diocesano com a finalidade de estimular o ministério do presbítero. Desta igreja-mãe desmembraram-se as Dioceses de Chapecó (1959), Caçador (1969) e Joaçaba (1975). Neste período intensificou-se a presença de congregações religiosas masculinas e femininas, com dedicação especial aos serviços da saúde, educação, catequese, apostolado paroquial, obras sociais e missionárias.

IGREJA “POVO DE DEUS”

27. Chegando o tempo da renovação da Igreja através do Concílio Vaticano II (1962-1965), das Conferências dos Bispos Latino Americanos em Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992), Aparecida (2007) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, apresentou-se o modelo de “Igreja Povo de Deus”, que se aproxima do povo. A Igreja Povo de Deus quer evangelizar esse mesmo povo e ser evangelizada por ele, levando em conta sobretudo a cultura e a realidade. É um imperativo evangelizar na América Latina e, especialmente no Brasil, a partir da “evangélica opção preferencial pelos pobres e pelos jovens” – conforme a Conferência de Puebla.

28. A Igreja na América Latina e no Brasil, nos últimos 40 anos, teve sua visibilidade evangélica na forma das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Organizaram-se os Regionais da CNBB, para Santa Catarina o Regional Sul IV. Criaram-se os Secretariados de Pastoral; instituíram-se as Regiões Pastorais. A partir de 1980, na Diocese de Lages, surgiram diversos setores da Pastoral, como Pastoral da Saúde, da Terra, da Criança, Operária, da Juventude, do Idoso, Familiar, Pastoral Afro; ampliou-se o trabalho da Cáritas Diocesana, dos Centros Sociais, que no seu conjunto constituem a Pastoral Social. Atualmente essas pastorais e entidades encontram-se articuladas no Fórum das Pastorais Sociais. Estimulou-se a Pastoral Vocacional a partir de casais vocacionais. Surgiram os primeiros Diáconos, o Ministério Extraordinário da Comunhão, da Palavra, do Batismo e Testemunhas Qualificadas do Matrimônio com ministros e ministras leigos. Implantou-se a Pastoral do Dízimo e o Fundo Comum nas comunidades paroquiais. Desenvolveram-se os planos e planejamentos pastorais.

29. Renovam-se a catequese e a liturgia. Intensifica-se a diversificação dos ministérios leigos não ordenados como do batismo, do casamento, comunhão, da celebração da palavra, da bênção, da visitação e dos enfermos. Novos processos de formação são estimulados através do Instituto de Teologia Pastoral da Diocese de Lages – ITEPAL, que iniciou suas atividades em 1981, com ênfase para o protagonismo dos leigos e leigas, buscando-se uma Igreja toda participativa, ministerial, celebrativa, missionária, ecumênica e sociotransformadora. Em 1985, nasce o Jornal CAMINHADA e a produção de subsídios para catequese e Grupos de Família, elaborados a partir da realidade social, política, econômica, cultural e religiosa da Diocese.

30. Firmam-se os movimentos eclesiais, buscando espiritualidades sustentadoras da missão dos leigos e leigas e das famílias, como: Legião de Maria, Apostolado da Oração, Encontro de Casais, Movimentos de Jovens, Lareira, Renovação Carismática Católica-RCC, Equipes de Nossa Senhora, Cursilho, Oficinas de Oração. As antigas diretorias de igreja são agora substituídas pelos Conselhos Pastorais Comunitários e Paroquiais, os CPCs e CPPs. Emergem também os Conselhos Pastorais Diocesano, Econômico, dos Presbíteros e dos Religiosos/as.

31. Na década de 80, com o apoio das pastorais sociais e no processo de democratização da sociedade brasileira, na Região Serrana emergem as organizações e movimentos populares, como: Movimento dos Atingidos por

Barragens (1984), novo sindicalismo e implantação de novos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos (1984), Movimento das Mulheres Agricultoras (1985, hoje Movimento das Mulheres Camponesas MMC), o associativismo rural e urbano, grupos coletivos de produção e geração de renda, grupos de produção e comercialização de produtos agro-ecológicos, cooperativas de crédito (1994), processos de educação popular, gerando lideranças para partidos políticos de cunho popular, e outras organizações da sociedade civil.

32. A Constituição Brasileira de 1988 fortalece a organização da sociedade através dos conselhos paritários, reunindo representantes da sociedade e do Estado. Na década de 90 o Fórum das Pastorais Sociais estimula a constituição destes conselhos nos 23 municípios da Região Serrana. Finalmente, antes de terminar a década, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 50 anos, surge o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Região Serrana, com o desafio de vigiar o exercício da cidadania e contribuir na criação de uma cultura dos direitos na Região Serrana Catarinense.

33. Em 1989 as comunidades cristãs celebraram os 60 anos de instalação da Diocese de Lages. Este acontecimento foi perpassado pelo Ano Mariano, com o lema: “Maria, Companheira de Caminhada”. Foi um tempo de levantamento de dados e análise da realidade, de encaminhamento do novo Plano Diocesano de Pastoral e de peregrinação da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres por todas as comunidades paroquiais. Os padres missionários redentoristas dinamizaram a peregrinação em toda a Diocese. Em 1994 as comunidades cristãs da Igreja Católica Diocesana foram convocadas para a celebração dos 65 anos de instalação da Diocese, através do Ano Eucarístico Diocesano, cujo lema foi “Eucaristia: com a partilha ninguém mais precisa ir embora” (Mt 14,16). Neste tempo houve avaliação do Plano Diocesano de Pastoral. Realizaram-se jornadas eucarísticas e missões populares nas comunidades paroquiais.

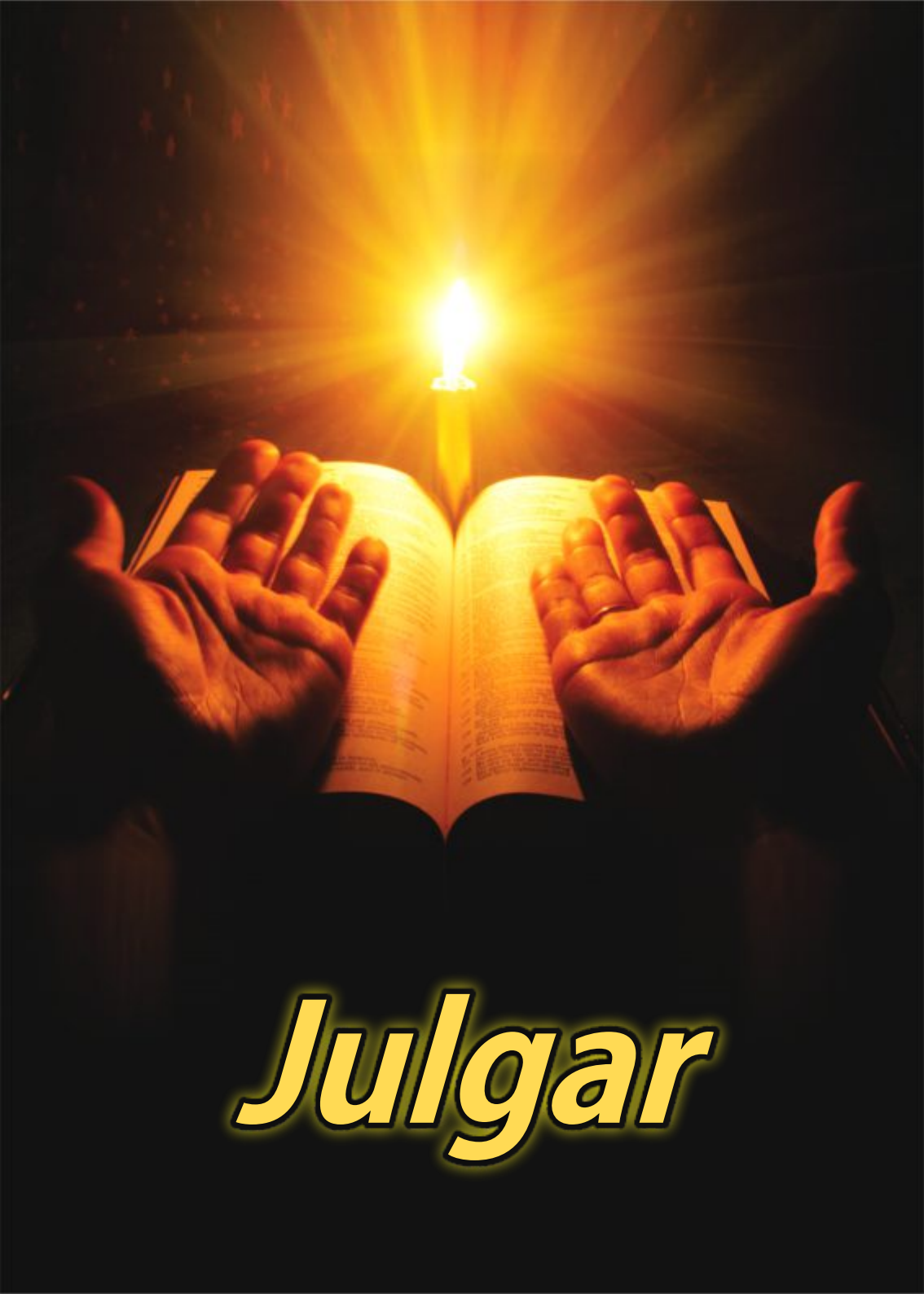
34. Em 1999 a Igreja Diocesana celebrou seus 70 anos de instalação. Após três anos de preparação para o Grande Jubileu do ano 2000, através do Projeto Rumo ao Novo Milênio, as comunidades em Grupos de Família e seus Conselhos Pastorais realizaram a Avaliação e o Replanejamento da Ação Evangelizadora para o período 2000 a 2003. Desde 1997, as comunidades, realizam anualmente a Festa das Tendas. Trata-se do resgate da caminhada de libertação do Povo de Deus, do Egito à Terra Prometida, onde o Deus da Vida

morou em Tendas com o seu Povo. É tempo da prática do projeto de Deus, onde se partilham os bens, o poder e a vida. Os profetas e as profetisas ajudaram o povo a não perder essa memória, animando-o a retomar esse projeto. A Festa das Tendas de 1999 foi o ato de abertura do Ano Jubilar, tempo de graça, de júbilo e de resgate de todas as dívidas. Nestes anos aconteceram também os Congressos de Crianças e Adolescentes da Região Serrana. O novo milênio, através do Jubileu do Senhor Jesus, trouxe para a Igreja de Lages um novo fervor missionário de fortalecimento dos Grupos de Família – Comunidades Eclesiais de Base. Vivenciou-se o grande mutirão das Santas Missões Populares, com o lema de esperança e compromisso: “Aqui você tem lugar”. As missões populares abriram as portas das comunidades para a celebração dos 75 anos de instalação da Diocese em 2004. Vivenciamos esse tempo de jubileu reforçando o nosso compromisso profético de construção do Reino de Deus no seguimento de Jesus, afirmando juntos e juntas: “O Espírito do Senhor está sobre nós – na Diocese de Lages, corram como água a justiça e o direito”!

35. Em 2009, a Igreja Diocesana celebrou seus 80 anos de instalação com o lema bíblico “Alarga o espaço de tua tenda!” (Is 54,2). Esse tempo jubilar foi marcado pelo Ano Catequético Nacional que teve como tema: Catequese, Caminho para o Discipulado e a Missão, com as motivações da Conferência de Aparecida, realizada em 2007. Em nossa Igreja Diocesana, o grande marco do Ano Catequético foi a realização das Escolas Paroquiais de Catequese Permanente em todas as Comunidades Paroquiais e o processo de revisão das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora, a partir dos Grupos de Família e dos Conselhos Pastorais, em todos os níveis.

36. Os anos de 2012, 2013 e 2014 formaram um Triênio Missionário Diocesano, que foi concluído com a revisão das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora na Diocese de Lages. Em 2012, vivemos o Ano Diocesano da Família, tendo como lema uma exclamação da Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*: “Família, torna-te o que és”, do Papa João Paulo II. No ano de 2013, a juventude experimentou um ano de muita movimentação e participação na vida da Igreja e da Sociedade, com o Ano Diocesano da Juventude. A Igreja no Brasil abraçou o projeto de incentivar e promover entre os jovens a proposta de Jesus: “Ide e fazei discípulos entre todas as nações” (cf. Mt 28, 19). Além de todas as iniciativas paroquiais, acolhemos, no mês de janeiro, a Cruz da JMJ e o Ícone de Nossa Senhora, que percorrem o mundo inteiro. Em abril de 2013 celebramos a Jornada Diocesana da Juventude, na Paróquia de São Joaquim, com o lema “Entra na

roda com a gente!” Ainda em julho deste mesmo ano, com a 1ª Visita Apostólica do Papa Francisco, muitos de nossos jovens participaram, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, da Jornada Mundial da Juventude. No dia 24 de novembro de 2013, o Papa Francisco presenteou a Igreja com a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, ou seja, A Alegria do Evangelho, impulsionando e confirmando ainda mais o que celebrávamos: “uma Igreja em saída, uma Igreja em missão”. Concluindo o Triênio Missionário Diocesano, no ano de 2014, nossas comunidades celebraram o Ano Diocesano da Dimensão Sócio transformadora, fazendo memória, neste contexto, do centenário do Contestado e do Monge João Maria de Agostinho. A estampa de João Maria na edição dos livros dos Grupos de Família e no Jornal Caminhada trouxe muita alegria para as comunidades. Seu retrato confirma nosso projeto cristão de ir ao encontro das pessoas mais simples e, com elas, contribuir para a edificação do Reino de Deus.



Julgar

QUEREMOS NOS EVANGELIZAR

37. Evangelizar significa anunciar a Boa Notícia do Reino de Deus e da justiça às pessoas empobrecidas. Este foi o eixo da missão de Jesus de Nazaré (cf. Lc 4,16-21). É o tempo da redistribuição das riquezas e da terra, tempo de partilha. É tempo de saúde e de alegria, portanto, tempo de libertação. Evangelizar significa anunciar a Boa Notícia do Reino e da Justiça, para que se torne Boa Realidade, o que implica também denunciar todas as forças de opressão que esmagam a vida do povo.

ATRAVÉS DA PRÁTICA E DO RECONHECIMENTO DA BOA REALIDADE

38. Ninguém percebe toda a realidade sozinho. Precisamos sempre da ajuda de outra pessoa. Deus também não existe e não age sozinho. Ele é Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. A melhor comunidade de amor se encarnou para viver conosco em Jesus de Nazaré. Não podemos evangelizar, anunciar a Boa Notícia do Reino da Justiça se não nos deixarmos evangelizar, se não tivermos coragem de viver em comunidade e de precisarmos uns dos outros e das outras. É deste jeito que podemos enxergar melhor os sinais do Reino de Deus presentes na realidade.

39. Somos chamadas e chamados a enxergar a Boa Realidade. Com Jesus de Nazaré, a Boa Notícia tornou-se Boa Realidade. O Reino de Deus já está entre nós: “Hoje se cumpriu esta palavra que vocês acabaram de ouvir” (cf. Lc 4,21). Evangelizar-nos é participar dos Grupos de Família – caminho das Comunidades Eclesiais de Base, dos Movimentos e Organizações populares que defendem a vida e promovem os valores do Reino. Evangelizar-nos é celebrar a presença de Jesus Cristo morto e ressuscitado entre nós. É celebrar a caminhada feita de lutas, tristezas e alegrias, à luz da fé. Evangelizar-nos é reconhecer a Boa Realidade do Reino, fonte de memória, resistência, profecia, compromisso e sonho.

ATRAVÉS DO SEGUIMENTO DE JESUS

40. A nossa vocação é responder ao desejo de Jesus e à inquietude pela causa do Reino que ele teve.

É *per-seguir* o seu caminho com as pessoas empobrecidas e excluídas pelos sistemas econômicos poderosos (cf. Mt 8,18-22).

É *pro-seguir* sua obra de construção comunitária da vida, a partir das

peças excluídas, enfrentando os conflitos, pois, se existem excluídos, é porque existem forças opressoras que promovem a exclusão social, econômica, cultural e religiosa (cf. Lc 4,14-30).

É *con-seguir* o seu Reino. O Reino de quem se fez solidário com as pessoas famintas de todos os tempos e nações (cf. Mt 25,31-46).

41. Seguir Jesus é responder a uma profunda vocação. É uma questão de coração e de amor. Coração e amor para a construção do Reino: Vida abundante para todas as pessoas, a partir das mais empobrecidas e excluídas.

ANIMADOS PELA PALAVRA E PELA EUCARISTIA

42. A Comunidade Cristã Católica, de um lado, caminha orientada e animada pela Palavra de Deus presente na Vida e na Bíblia. A Palavra de Deus, contida na Vida e na Bíblia, é “lâmpada para nossos pés e luz para nosso caminho” (cf. Sl 119,105). De outro lado, a Eucaristia é raiz, centro das nossas comunidades e de toda a evangelização (cf. AG 884). A vivência da Eucaristia diz o que o mundo deve ser: experiência trinitária de amor de profunda comunhão, por isso, a comunidade é espelho e vivência de relação eucarística quando vive a plena relação trinitária no amor.

EM GRUPOS DE FAMÍLIA – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

43. Aprendemos, sobretudo nos últimos anos de caminhada junto às Comunidades, aos Grupos de Família, às Escolas de Teologia, aos estudos bíblicos que, seguindo os passos de Jesus, duas palavras são importantes na evangelização. A primeira é a Palavra falada, que é a vida da gente: nossas tristezas e alegrias, nossa fé, nossos sonhos e lutas. A segunda é a Palavra escrita no livro da Bíblia. A nossa Vida é iluminada pela Bíblia, e a Bíblia é lida e iluminada através da nossa Vida pessoal e comunitária. Tanto na Vida quanto na Bíblia, descobrimos a importância das Comunidades Eclesiais de Base, CEBs. Lendo e refletindo o trecho do Evangelho de Lucas 24,13-35, descobrimos que as CEBs nos mostram como fazer o caminho do respeito e do diálogo com o diferente, da fraternidade e de uma cidadania evangélica. Nas CEBs as pessoas empobrecidas são protagonistas, e juntas vencem o medo, a submissão, a resignação, a dominação. Como as duas pessoas discípulas estavam fugindo de Jerusalém, tristes e derrotadas, muitas pessoas sentem tristeza pelo desemprego, pela doença, pelos problemas familiares, e

também precisam ir embora das nossas terras. São pisadas, e seus sonhos são esmagados pelas forças dominantes, que geram a exclusão do direito à cidadania.

44. No Evangelho dos discípulos de Emaús, Jesus *caminha* junto com eles, escuta e compartilha as queixas, esperanças e derrotas de suas vidas. Partilha a Palavra da Vida e a Palavra das Escrituras, desde Moisés até os profetas, para animar os discípulos na caminhada. No seguimento de Jesus queremos percorrer o mesmo caminho. Caminhar juntos e juntas, em comunidade, na partilha da nossa Vida, que é a Palavra de Deus vivida, e na partilha da Bíblia, que é a Palavra de Deus escrita. Tudo isto para manter viva a memória e o compromisso, a partilha e o sonho.

45. No Evangelho dos discípulos de Emaús, Jesus *partilha* o pão e, naquele momento da prática da partilha, as duas pessoas O reconhecem. No seguimento de Jesus, nós queremos percorrer o mesmo caminho. Praticar a partilha do que somos, do que temos e sabemos, participar na vida da comunidade e da sociedade, para que ninguém mais precise ir embora, e o Senhor da Vida e da História fique conosco.

46. No Evangelho dos discípulos de Emaús, Jesus *partilha* o pão e, naquele momento, Cléofas e a outra pessoa, certamente sua esposa Maria, reconhecem Jesus vivo entre eles. Os discípulos celebram a presença de Jesus vivo e ressuscitado no meio deles. Celebram a memória da caminhada. A memória dos pais e mães na fé. Celebram a vida, o sonho e a esperança sem limites. No seguimento de Jesus nós queremos percorrer o mesmo caminho e celebrar em nossas comunidades a presença de Jesus Ressuscitado, junto com nossos pais e mães na fé.

47. No Evangelho dos discípulos de Emaús, Jesus *reanima* a fé e a esperança daquele casal. Reanimados na fé e na esperança, pela presença de Cristo, os dois tomam coragem e voltam para Jerusalém a fim de mudar o rosto daquela cidade. Os discípulos se comprometem em resgatar a cidadania, vencer o medo e construir vida digna para todos, contra o poder dos romanos. Nós também, no seguimento de Jesus, nos comprometemos, junto às comunidades, de sermos sujeitos de nossa história, construindo uma Igreja, uma Comunidade e um Brasil diferentes: economicamente justos, politicamente democráticos, socialmente equitativos e solidários, e culturalmente abertos para acolher as diferenças.

48. As CEBs, como os discípulos de Emaús, alimentam a fé de toda a Igreja, através da prática da Palavra, da Partilha, da Celebração do Cristo Ressuscitado e do Compromisso com o Brasil que queremos, justo, fraterno e solidário. As CEBs alimentam a fé também da hierarquia da Igreja. Nas CEBs evangelizamos e somos evangelizados.

PARTICIPANDO NA CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA E DE UMA SOCIEDADE SEM EXCLUSÕES, JUSTAS, FRATERNAS E SOLIDÁRIAS

49. Conhecemos os pinheiros e as pinhas. Das pinhas nós extraímos a imagem para a construção da vida. Na pinha tudo está ligado ao miolo. O miolo une os pinhões. A construção de uma Igreja e de uma Sociedade, sinais do Reino definitivo, é muito parecida com a pinha da araucária, a árvore do Povo-Livre. A Igreja e a Sociedade, sinais do Reino, são feitas dos pinhões e das falhas. Na Igreja e na Sociedade que queremos construir, Igreja e Sociedade sem exclusões, justas, fraternas e solidárias, todos participam juntos na construção da vida em abundância, como os pinhões juntos formam as pinhas. Só com a participação de cada pinhão, a pinha consegue permanecer unida.

50. Nos parágrafos anteriores vimos a importância de nossa participação “*ad intra*” na Igreja. Agora precisamos refletir sobre nossa participação “*ad extra*”, nossa participação no mundo. Sem a participação dos cristãos e das cristãs nas associações, sindicatos, comitês, fóruns, conselhos, partidos políticos, movimentos populares, nas comunidades com nossos serviços e ministérios, não se constrói uma Sociedade sem exclusão, justa, fraterna e solidária. Na pinha não existem pinhões mais ou menos importantes. Assim, da mesma forma, Jesus pensou a Igreja e a Sociedade. Embora diferentes, em ministérios e serviços, todos e todas somos iguais e estamos ao redor do miolo que é a Trindade e o Reino. Na Sociedade fraterna que queremos juntos construir, todos participam com a mesma dignidade. Todos compartilham a mesma sabedoria, as lutas e a fé no Senhor da Vida. Todos e todas somos iguais ao redor do grande projeto: Jesus e o seu Reino ontem, hoje e sempre. Somos o povo serrano, gente simples da terra de nascentes de rios e pinheirais. Não conhecemos toda a verdade, mas queremos viver a parte da verdade que juntos descobrimos. Queremos desafiar séculos de cultura individualista e viver numa Sociedade construída com igualdade, participação, solidariedade e diversidade. As palavras “Igreja” e “Sociedade” tem a mesma raiz em outras palavras muito bonitas: sociável, associação e assembleia. Queremos, aqui na

Região Serrana, ser gente alegre, sociável, com um sorriso terno e largo no rosto. Queremos ser um povo que gosta de refletir junto, e junto sonhar. Por isso queremos nos converter, saindo do individualismo, na certeza de que ninguém é feliz sozinho. Queremos ser gente com vida digna. Queremos ser companheiros e companheiras. Companheiro, na língua latina, significa “compartilhar até o pão”. Assim Jesus chamava as pessoas que amava: companheiros e companheiras, gente de comunhão!

51. Nos Grupos de Família e grupos de estudos bíblicos, aprofundamos o Projeto do Deus-Javé, libertador do povo dos empobrecidos e nosso libertador. Descobrimos que o Povo de Deus, na Bíblia, já construiu um mundo sem exclusões, justo, fraterno e solidário. Não somos os primeiros e nem somos os únicos nesta caminhada de construção em mutirão da vida rumo ao Reino Definitivo. No livro do Êxodo conta-se uma história que todos conhecemos: a história do maná (cf.Ex 16,1-17). O povo de Deus, construindo uma Sociedade segundo o sonho de Javé, praticou a justiça. Ninguém ficou com toda a riqueza do maná, e ninguém comeu demais às custas de outras pessoas. O povo praticou a justiça com distribuição dos bens, da comida que era o maná, “segundo a necessidade de cada um” (cf.Ex 16,16b).

52. O povo de Deus praticou a fraternidade, pois a riqueza do maná não foi distribuída em partes iguais, mas “a cada um segundo a sua necessidade”. Como o mundo do povo de Deus, assim é o mundo que nós também queremos construir num grande mutirão participativo. Um mundo da redistribuição de todos os tipos de riquezas, a partir das pessoas empobrecidas, para que cada uma possa ter segundo a sua necessidade e não precise mais ir embora da terra, do trabalho, da família, da cidadania, da dignidade - um “outro mundo possível”!

53. Descobrimos que a justiça e a fraternidade são irmãs da solidariedade. Só um povo com entusiasmo, com o mesmo sangue, o mesmo sonho de Deus Libertador e de todos os irmãos e irmãs, sobretudo os empobrecidos, pode ser solidário. Um povo que sente como próprias necessidades, as alegrias e as tristezas das outras pessoas, não sossega até que todas vivam dignamente. Quem é companheiro e companheira, quem participa de sua comunidade, quem vive em comunhão com a Trindade, em profunda relação de amor, luta pela justiça e fraternidade, é humano. Nós queremos ser um povo assim, gente companheira como foi o Povo de Deus. O Deus da Vida Libertador, guiará os nossos passos.

54. O Reino acontece com a graça de Deus no amor-doação entre as pessoas, no respeito à dignidade humana, nas vitórias em favor da vida, na busca do bem comum, no valor do trabalho, na garantia da saúde, educação, moradia, enfim, nas condições de vida digna para todas as pessoas.

55. A Igreja que estamos construindo através dos Grupos de Família - Comunidades Eclesiais de Base, é sinal do Reino. O Reino se faz presente pela participação dos cristãos e cristãs nos conselhos pastorais, celebrações comunitárias, projetos alternativos, sindicatos combativos, conselhos de políticas públicas, movimentos e organizações populares, que vão construindo uma Igreja e uma Sociedade capazes de vivenciar o diálogo, o consenso, a não violência, a promoção da vida e da dignidade de todas as pessoas, sobretudo das mais excluídas e empobrecidas. Neste sentido, é importante o caminho apontado em Êxodo 18,13-26 onde, na partilha dos serviços, busca-se garantir a vida de todas as pessoas. O Reino de Deus acontece na prática do cuidado com a Vida.

SINAIS DO REINO DEFINITIVO

56. Estamos a caminho. Fiéis à tradição de nossos Pais e Mães na fé e aos mandamentos em defesa da vida, expressos em Ex 20,1-20, queremos vencer os ídolos da morte e aderir ao amor a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a si mesmo, preparando o Reino Definitivo.

57. Não temos palavras para explicitar o Reino de Deus definitivo. Será tudo o que desejamos e sonhamos com amor gratuito, fraterno e aberto. A grande e terna alegria é morar no colo acolhedor de Deus Pai e vê-Lo face a face. Será parecido com a paz que os rios das nascentes de nossa região encontram quando, enormes e turbulentos, abraçam para sempre a calma e a doçura do mar. Poderíamos nos perguntar: como reconhecer o Reino, o Paraíso que começa agora, nas nossas relações amorosas e recriadas na experiência da melhor comunidade de amor que é a Santíssima Trindade e se completa na perfeita contemplação de Deus, na comunhão dos santos e santas?

58. Reconhecemos o Reino, o Paraíso definitivo, quando já aqui na terra, identificamos pequenos sinais e perfumes que falam desta flor magnífica. São todos os sinais de vida, sobretudo entre as pessoas mais empobrecidas. Jesus nos disse que as “coisas do Reino” são escondidas aos poderosos e sabidos e

reveladas aos pequenos e humildes (cf. Mt 11,25-27). Sabemos que os sinais do Reino se encontram, de maneira privilegiada e misteriosa no meio das pessoas empobrecidas. Lá, o coração da Igreja de Lages possui sua opção preferencial. Na defesa de todas as relações ecológicas, isto é, de todas as relações que reconstroem vida plena onde esta é ameaçada. Isto é reconhecer Jesus Ressuscitado em nosso meio (cf. Mt 25,1s): “Outro mundo é possível”!

A IGREJA QUE SOMOS E QUEREMOS SER

59. No contexto latino-americano, as CEBs têm sido verdadeiras escolas que formam cristãos comprometidos com sua fé, discípulos-missionários, como testemunhas de uma entrega generosa, até mesmo com o derramar do sangue de muitas pessoas. Resgatando a experiência das primeiras comunidades, elas permitem ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos. Elas são ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, para viver a fraternidade, para a oração, para aprofundar processos de formação na fé e para fortalecer o exigente compromisso de ser apóstolos na sociedade de hoje (cf. DAp, 178 - 309).

60. A boa Caminhada que queremos percorrer em nossa Diocese é a caminhada dos Grupos de Família – Comunidades Eclesiais de Base. Os Grupos de Família, CEBs devem ser lugares de encontro e partilha do Pão e da Vida. Alicerçados na Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade, precisam viver o compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados sendo testemunho visível da acolhida e da opção preferencial pelos pobres e excluídos. Em nossa diocese, são lugares privilegiados para o surgimento e cultivo de variados serviços e ministérios na Igreja, em favor da vida digna para todos. Superando o individualismo e a fragmentação das relações, o Grupo de Família, CEBs, é um jeito de ser Igreja Povo de Deus, que se caracteriza principalmente como espaço de aconchego, responsabilidade e cuidado entre seus membros.

61. Grupo de Família é o espaço das nossas relações de vizinhança, proximidade e solidariedade. No Grupo de Família reunimo-nos na partilha da Vida e da Bíblia, na partilha do Pão e da Solidariedade, na partilha do que somos, temos, podemos e sabemos, na fé em Jesus Ressuscitado. Grupo de Família é o “chão” fértil que constrói uma Igreja e uma Sociedade sem

exclusões que chamamos CEBs. No Evangelho do Bom Samaritano (Lc 10,25-37), Jesus nos ajuda a entender que proximidade é “fazer-se próximo”. Para Jesus, “fazer-se próximo” é um movimento de conversão do corpo pessoal e comunitário; corpo que é transparência de nossa alma. Proximidade não diz respeito, antes de tudo, à partilha de ideias e discursos, mas ao respirar do mesmo respiro, o respiro do Espírito do Cristo Ressuscitado. Isso exige vizinhança entre as pessoas, a partir das mais empobrecidas e necessitadas. O homem que o Bom Samaritano encontrou pelo caminho, entre Jerusalém e Jericó, tinha sido assaltado, empobrecido de seus pertences; machucado, empobrecido de sua saúde e dignidade; surrado, empobrecido de sua segurança. A relação se dá na vizinhança e no cuidado. Este é o chão evangélico do seguimento de Jesus que alicerça a nossa opção pelos Grupos de Família. Vivemos o Grupo de Família quando fazemos experiência dessa vizinhança, deste fazer-se próximo, no cuidado e na partilha da palavra e do poder. Portanto, Grupo de Família não é somente o agrupamento de famílias, mas o lugar onde, através de relações recriadas pela acolhida, pela inclusão e pelo bem-querer, vivemos a experiência crística do “ser Família”.

62. Comunidade: é uma rede de Grupos de Família e de pessoas que se conhecem bem, partilham entre si e se ajudam em tudo; vivem em comum seus problemas, alegrias, fé e esperanças. A vida em comunidade é essencial à vocação cristã. Ser Igreja e sentir-se Igreja sempre supõe a pertença a uma comunidade. Viver em comunidade implica em assumirmos o compromisso de cuidar uns dos outros, conviver e promover a Vida em todas as suas manifestações.

Eclesial: é um grupo de cristãos e cristãs que vivem no seguimento de Jesus, na comunhão com seus pastores, e na fé em Jesus Ressuscitado que faz acontecer a Igreja. As CEBs procuram atualizar em sua caminhada a prática das primeiras comunidades cristãs (cf. At 2, 42-47). A Igreja Povo de Deus é convocada a viver a fidelidade ao Evangelho, testemunhando o Reino através da igualdade de relações entre seus membros, do serviço aos mais empobrecidos, da acolhida e do cuidado com a Vida.

De Base: é vivida, sobretudo, por quem forma a base humana e cristã da nova Sociedade, justa e fraterna; são Grupos de Família e de pessoas que se reúnem por afinidade ou vizinhança, no meio urbano e no meio rural: crianças, jovens, idosos, homens e mulheres de diferentes etnias; enfim, todos e todas que se comprometem com a vivência de uma Igreja sem exclusão e com a mudança da Sociedade, a partir da prática libertadora de Jesus.

UM CAMINHO QUE QUEREMOS SEGUIR

63. Nossa Ação Pastoral e Evangelizadora se inspira na pedagogia e metodologia de Jesus. Seu primeiro gesto para anunciar o Reino foi a encarnação e a inculturação junto à realidade e cultura na comunidade da Galileia. A pessoa do Agente de Pastoral, na Diocese de Lages, é alguém inserido na história, cultura e realidade do povo serrano catarinense. A prática evangelizadora de Jesus era de profunda comunhão com o Pai, de serviço aos irmãos e irmãs, de opção pelos excluídos e excluídas de seu tempo.

64. O Mestre de Nazaré partilhou o poder-serviço com seus discípulos e discípulas. Confiou-lhes e pediu corresponsabilidade na missão. Daí brota, hoje, o forte apelo do Espírito para vivermos a nossa vocação e ação de forma colegiada. Nesta metodologia devemos valorizar a Comunhão e a Participação nos Conselhos e Assembleias Pastorais em todos os níveis da Igreja. São espaços de tomada de decisões, de elaboração de Objetivos, Metas, Programas e Projetos Pastorais. Em vista de uma ação pastoral lúcida e libertadora, é indispensável o planejamento pastoral, assumido tradicionalmente pelo método VER (a realidade), JULGAR (com a Palavra de Deus, a Doutrina Social da Igreja e o auxílio das Ciências Sociais), AGIR, CELEBRAR e AVALIAR a Ação Evangelizadora (DP, 1307).

65. A ação de Jesus teve continuidade no testemunho das primeiras comunidades, formadas por homens e mulheres, na mesma vocação do discipulado, “...eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações...” (cf. At. 1,11-14; 9,1-5). “Diariamente, todos frequentavam o templo e nas casas partiam o pão, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração” (At 2, 42-46). Desta primeira experiência emerge a nossa estratégia pastoral configurada nos Grupos de Família. Eles revelam a identidade e o rosto da Igreja das Comunidades Eclesiais de Base. Nesta eclesiologia, a Paróquia é entendida como uma Rede de Comunidades a caminho das CEBs, Comunidade de Comunidades. A Rede de Comunidades testemunha nosso modo de ser Igreja: Participativa, Ministerial, Celebrativa, Missionária, Ecumênica e do Diálogo Inter-religioso e Sócio Transformadora.

UMA IGREJA PARTICIPATIVA

66. Desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica assumiu um rosto novo. Ela foi definida como Povo de Deus. Insiste-se mais na dimensão da Igreja-comunhão. É o novo jeito de ser Igreja-família, Igreja-participação, Igreja-comunidade, Igreja-povo. Nela, todos os fiéis são corresponsáveis pela vida cristã e pela missão evangelizadora. Todos os batizados têm carismas ou dons, para serem postos a serviço da comunidade.

67. A participação é uma nota fundamental da Igreja-CEBs. Uma Igreja Participativa favorece cada vez mais uma Ação Evangelizadora através de um trabalho de equipe, em perspectiva sinodal (“synodos”: caminhar juntos, reunir-se – cf. CDC, 460-468). Além de ter respaldo bíblico-teológico, trata-se de uma exigência fundamental da humanidade em nossos tempos: toda pessoa aspira em participar, em ser corresponsável, em assumir conscientemente sua missão. Viver o testemunho de fé em Assembleias, Conselhos, Grupos de Família e Dízimo é a forma de ser Igreja Participativa na Diocese de Lages.

68. A Igreja, chamada a ser comunidade de comunidades, é a casa dos discípulos-missionários. Para o seu bom funcionamento, é preciso comunhão e participação que exigem engajamento, tanto na provisão de recursos quanto na administração paroquial. A responsabilidade de sustentar a comunidade paroquial é um compromisso de todo cristão (cf. CNBB, Doc.100, nº 287).

69. Por isso, na Diocese de Lages, uma Igreja Participativa implica em vivenciar a partilha do que somos, podemos, sabemos e temos:

Partilha do que somos:

* nos Grupos de Família, expressão privilegiada das Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, de onde brotam todos os serviços e ministérios pastorais e para os quais devem estar voltados.

* na grande Comunidade do Povo de Deus, constituída por uma verdadeira rede de comunidades, espaço e sinal do Reino de fraternidade e justiça na sociedade humana.

Partilha do que podemos:

* nos Conselhos Pastorais, espaços de participação e democratização do poder da comunidade eclesial. São instrumentos de unidade entre as diversas

iniciativas da evangelização, além de oportunizar a Ação Evangelizadora dos leigos e leigas.

- * nos Conselhos de Políticas Públicas, espaços privilegiados de garantia de direitos, de deliberação de políticas públicas, de participação direta no controle social e de construção de uma Sociedade sem exclusões.

- * nas Assembleias Pastorais, espaços de avaliação, de tomada das decisões, de elaboração dos objetivos, de estabelecimento das metas, dos programas e dos projetos pastorais.

Partilha do que sabemos:

- * nas celebrações comunitárias da Palavra, da Eucaristia, dos outros sacramentos, lugares do cuidado e da acolhida, espaços da partilha do saber, estritamente ligados com o saber, que dá sentido à nossa vida: a experiência sempre renovada do Mistério Pascal de Jesus, o Cristo.

- * no processo de formação permanente das lideranças, no caminho do saber que é Sabedoria: olhar a realidade com os olhos de Deus.

Partilha do que temos:

- * nos diversos ministérios, pastorais e outras iniciativas comunitárias, que nascem das necessidades da comunidade e dos dons que cada pessoa coloca a serviço de todos.

- * na manutenção da ação evangelizadora, através da partilha do dízimo, no testemunho de uma vida simples, na vivência do necessário e da prática da solidariedade e gratuidade.

DÍZIMO: PARTICIPAÇÃO E PARTILHA

70. Nossa diocese fez a opção pelo dízimo como forma de louvor e ação de graças a Deus. A partilha do dízimo expressa nossa fidelidade ao modelo de Igreja Povo de Deus. Ele nos aproxima e nos ajuda no seguimento de Jesus Cristo. O dízimo é um gesto de participação na vida da comunidade eclesial. É, também, um gesto de solidariedade com os pobres e excluídos da sociedade. É na partilha do que somos, temos, sabemos e podemos que concretizamos o gesto do dízimo, conforme testemunharam as primeiras comunidades cristãs (At 4,42-46). Através do dízimo compartilhamos do nosso tempo, capacidades, serviços, ministérios, conhecimentos, inteligência, dinheiro, bens, saberes, enfim, da própria vida.

71. Quando entendemos e nos convertemos a compartilhar o nosso dízimo estamos nos evangelizando. O exercício do dízimo nos faz dizimistas capazes de viver do necessário, isto é, com sobriedade. Partilhando o dízimo

de coração, estamos sendo profetas e profetisas numa sociedade que só pensa em acumular e consumir riquezas. Estamos denunciando as atitudes de quem só pensa em ter e levar uma vida egoísta e individualista. Estamos acreditando e testemunhando nossa participação na comunidade na qual, trabalhando unidos, juntos vamos experimentando “vida em abundância para todos” (Jo 10,10).

72. Com a partilha do que somos, temos, sabemos e podemos nossas comunidades devem continuar fortalecendo os Conselhos Pastorais, que planejam e executam o Orçamento Comunitário e, com transparência, prestam contas de tudo o que é realizado na comunidade.

73. É preciso resgatar o verdadeiro sentido da Festa como oportunidade para o crescimento da espiritualidade e devoção, como espaço da alegria e do encontro de irmãos e irmãs. Por isso, uma festa ou promoção não devem ser organizadas visando somente à arrecadação financeira. São oportunidades de crescimento comunitário.

OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA IGREJA DIOCESANA

74. Sonhamos com uma Igreja Participativa, toda ministerial, unida no respeito à diversidade, missionária, uma Igreja mãe, defensora dos pobres e excluídos, aberta aos novos desafios. Uma Igreja que abre espaço para a participação de todos em todas as suas instâncias de serviços e decisões. Acreditamos na vocação profética das CEBs, contribuindo para que a Igreja em suas estruturas se torne mais circular, colegiada, acolhedora, inclusiva nas suas relações. “É preciso fomentar a participação nas Comunidades Eclesiais, nos Grupos de Família, nos Conselhos Pastorais e de administração paroquial. O empenho para que haja a participação de todos nos destinos da comunidade supõe reconhecer a diversidade de carismas, serviços e ministérios”. (cf. CNBB, Doc. 100, nº 211)

75. Nestes espaços de participação somos convidados a uma conversão contínua para um outro jeito de vivenciar o poder. Não mais o “poder sobre”, um poder violento e autoritário; mas um “poder com”, um poder circular, entre iguais, no respeito às diferenças. Este caminho nos faz encontrar um “poder desde dentro”, o poder de encontro espiritual com Jesus Cristo e sua prática (cf. Jo 13, 1-13). Acreditamos que este jeito de ser Igreja Participativa se manifesta através das Assembleias, dos Conselhos, dos Grupos de Família e na partilha do Dízimo na Diocese de Lages.

UMA IGREJA MINISTERIAL

76. É vocação e missão da Igreja, através da Ação Evangelizadora, viver o mandamento do amor e a defesa da vida (cf. Jo 10,10). A sua missão não é responsabilidade de poucos, mas de todos os batizados e batizadas. Todas as pessoas são chamadas a um serviço ou ministério, tanto na Igreja como na Sociedade. Deste entendimento brotam os ministérios, nenhum mais importante que o outro, pois devem estar a serviço da Vida, da Comunidade, indo ao encontro das pessoas afastadas, excluídas, “supérfluas e descartáveis” (cf. DAp, 65).

77. O Papa Francisco afirma que em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar. O povo de Deus é santo em virtude desta união, que o torna infalível *in credendo*, ou seja, ao crer, não pode enganar-se, ainda que não encontre palavras para explicitar sua fé. Como parte de seu mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fieis com um instinto da fé – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus (cf. EG, 119).

78. A ministerialidade é uma das dimensões fundamentais da Igreja-CEBs. Todas as pessoas que formam uma Comunidade são evangelizadas e evangelizadoras. Por isso cada pessoa, segundo os dons recebidos de Deus, assume Serviços ou Ministérios específicos, reconhecidos pela Comunidade e necessários para a Ação Evangelizadora. Eles surgem na medida em que aparecem pessoas vocacionadas e se organizam para responder às necessidades que devem ser atendidas em vista da construção do Reino de Deus.

79. A Conferência de Aparecida nos lembra que os ministérios são exercidos através do discipulado missionário. As pessoas que são discípulas missionárias são chamadas a viver em comunhão com o Pai (1Jo 1,3) e com seu Filho morto e ressuscitado, na comunhão do Espírito Santo. O mistério da Trindade é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja: um povo reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo (cf. DAp, 155).

80. Em nossa Igreja, existem os **Ministérios Leigos, a Vida Consagrada e os Ministérios Ordenados**, exercidos numa relação de íntima colaboração no serviço à Comunidade. Por isso, eles devem ser exercidos na igualdade e com a mesma dignidade batismal, que caracteriza toda a vocação cristã, pois nenhum Ministério é mais importante que o outro, embora cada qual possua tarefas específicas.

MINISTÉRIOS LEIGOS

81. Os Ministérios Leigos são escolhidos pela Comunidade de Fé e pelo Pároco, instituídos pelo Bispo Diocesano, através da provisão, que é um mandato apostólico. Em nossa diocese de Lages são os seguintes: Ministros e Ministras da Palavra, Ministros e Ministras Extraordinários da Comunhão; Ministros e Ministras do Batismo e Testemunhas Qualificadas do Matrimônio.

82. Ministério da Palavra

Na tradição cristã, o ministério da Palavra é o primeiro ministério, pois é chamado a suscitar a fé e a educá-la. Em nosso país são particularmente numerosas as celebrações dominicais da Palavra, presididas por leigos e leigas, que se esforçam em desempenhar esta função na fidelidade ao Evangelho e atendendo às orientações da Igreja e do bispo diocesano (cf. CNBB, Doc. 62, nº60).

83. Ministério Extraordinário da Comunhão

O Ministério Extraordinário da Comunhão é, em nossa Igreja, uma experiência bastante difundida e proveitosa. Os Ministros e Ministras Extraordinários da Comunhão prestam preciosa colaboração à assistência das famílias em dificuldades, aos idosos e enfermos. Promovem a vivência em Grupos de Família, colaborando para que a Igreja seja Comunidade de Comunidades a serviço da Vida. Uma das formas de expressão deste Ministério é o serviço assumido pelas pessoas que distribuem extraordinariamente a Eucaristia nas Celebrações Litúrgicas, bem como às pessoas enfermas em suas casas (cf.CDC 230 § 3; RS 156).

84. Ministério do Batismo e da Testemunha Qualificada do Matrimônio

Os Ministérios do Batismo e da Testemunha Qualificada do Matrimônio têm se revelado pastoralmente valiosos (cf. CNBB, Doc.62, nº 64-165), quando inseridos num processo de pastoral familiar que prepara e acompanha os noivos, os casais, os pais e padrinhos.

85. No conjunto das vocações leigas há uma grande riqueza de outros **ministérios, serviços, pastorais e movimentos**, que emergem das necessidades da Comunidade e que estão igualmente a serviço do Reino de Deus: Animadores e Animadoras de Grupos de Família, Catequistas, Serviço de Animação Vocacional (SAV), Animadores e Animadoras da Liturgia,

Pastoral da Visitação e da Acolhida, Agentes da Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, Pastoral da Comunicação, Pastoral Afro, Pastoral Familiar, Agentes do Jornal Caminhada, Pastoral do Dízimo, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Juventude, Pastoral Missionária, Coroinhas, Infância Missionária, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Carcerária, Pastoral dos Sacramentos, Festeiros e Festeiras, Agentes Cáritas, Legião de Maria, Apostolado da Oração, Renovação Carismática Católica, Equipes de Nossa Senhora, Encontro de Casais, Lareira, Comunidades de Vida, Oficina de Oração, Secretaria Paroquial e Administração.

86. Às pessoas leigas de nossa Igreja são confiados os ministérios que visam à construção de uma Sociedade e de uma Igreja sem exclusões, justas, fraternas e solidárias, sinais do Reino Definitivo. Assim o reconhece a *Gaudium et Spes*, quando diz que os leigos, “conscientes das exigências da fé e fortalecidos com suas energias, empreendam sem vacilar, novas iniciativas e as levem a bom termo” (cf. GS, 43). Às pessoas leigas corresponde, com sua livre iniciativa e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, penetrar com espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem. Neste sentido, a Conferência de Aparecida, desafia a Igreja a impulsionar e promover “o mais amplo protagonismo das mulheres”, garantindo “a efetiva presença da mulher nos ministérios que na Igreja são confiados aos leigos, como também nas instâncias de planejamento e decisão pastorais, valorizando sua contribuição” (Dap, 458).

87. O espaço próprio da atividade evangelizadora dos leigos e leigas é o mundo vasto e complexo da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e outras realidades abertas à evangelização, como o amor, a família, a educação das crianças e adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. “Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral e adequado acompanhamento para darem testemunho do Cristo e dos valores do Reino no âmbito da vida social, econômica, política e cultural” (Dap, 212).

VIDA CONSAGRADA

88. “A vida consagrada é um dom do Pai, por meio do Espírito, à sua Igreja, e constitui elemento decisivo para sua missão. Expressa-se na vida monástica, contemplativa e ativa, nos institutos seculares, naqueles que se inserem nas sociedades de vida apostólica e outras novas formas” (Dap, 217).

89. O Papa João Paulo II sugeriu a participação das pessoas consagradas da América Latina no Projeto Nova Evangelização, nestes termos: "colocar-se a serviço do Reino, a partir de uma profunda experiência de Deus, com o Espírito dos Fundadores e Fundadoras, em estreita colaboração com o bispo, os presbíteros, leigos e leigas, participando da Evangelização da cultura e da Evangelização fora das fronteiras" (cf. CNBB, Doc. 45, nº 283). "Desse modo, colaboram com a gestação de uma nova geração de cristãos discípulos e missionários e de uma sociedade onde se respeite a justiça e a dignidade da pessoa humana" (cf. DAp, 217).

MINISTÉRIOS ORDENADOS

São Ministros ordenados os diáconos permanentes, os presbíteros e os bispos.

90. Diácono Permanente: "Alguns discípulos e missionários do Senhor são chamados a servir à Igreja como diáconos permanentes, fortalecidos, em sua maioria, pela dupla sacramentalidade do Matrimônio e da Ordem. São ordenados para o serviço da Palavra, da Caridade e da Liturgia, especialmente para os sacramentos do Batismo e do Matrimônio; também para acompanhar a formação de novas comunidades eclesiais, especialmente nas fronteiras geográficas, onde ordinariamente não chega a ação evangelizadora da Igreja" (DAp 205). O diácono é chamado a inserir-se plenamente na Comunidade a que serve, de modo a promover continuamente a comunhão da mesma com o presbítero e o bispo. Além disso, deve respeitar e fomentar os ministérios exercidos por pessoas leigas. (cf. DP, 715).

91. Presbítero: "O Presbítero anuncia o Reino de Deus, que se inicia neste mundo e chegará à plenitude, quando Cristo vier no fim dos tempos..." (DP, 692). "O Presbítero é um homem de Deus. Só lhe é dado ser profeta na medida em que tenha feito à experiência do Deus vivo. Só esta experiência o fará portador duma palavra poderosa para transformar a vida pessoal e social da humanidade, de conformidade com o desígnio do Pai" (DP, 693).

92. O Povo de Deus sente a necessidade de *presbíteros-discípulos*: que tenham profunda experiência de Deus, configurados com o coração do bom Pastor, dóceis às orientações do Espírito, que se nutram da Palavra de Deus, da Eucaristia e da oração; de *presbíteros-missionários*: movidos pela caridade pastoral que os leve a cuidar do rebanho a eles confiado e a procurar os mais

distantes, pregando a Palavra de Deus, sempre em profunda comunhão com seu Bispo, com os outros presbíteros, diáconos permanentes, pessoas consagradas e pessoas leigas; de *presbíteros-servidores da vida*: que estejam atentos às necessidades dos mais pobres, comprometidos na defesa dos direitos dos mais fracos, e promotores da cultura da solidariedade. Também de *presbíteros cheios de misericórdia*, disponíveis para administrar o sacramento da reconciliação (cf. DAp, 199).

93. A renovação da paróquia exige atitudes novas de todos os padres, particularmente dos párocos que estão a serviço dela. A grande exigência é o que o pároco seja autêntico discípulo de Jesus Cristo, porque somente um padre apaixonado pelo Senhor pode renovar e a animar uma paróquia com suas comunidades (cf. DAp, 200). Ao mesmo tempo, o padre deve comungar com o jeito de ser Igreja-CEBs, como ardoroso missionário que vive o constante desejo de buscar os afastados e não se contenta com a simples administração.

94. Bispo: O Bispo, como sucessor dos apóstolos, junto com todos os fiéis e em virtude do batismo é, antes de mais nada, discípulo e membro do Povo de Deus. Conforme afirmaram os próprios bispos reunidos na Conferência de Aparecida, o ministério episcopal deve promover por todos os meios a caridade e a santidade dos fiéis (cf. DAp 187). Como pastores e guias espirituais das comunidades a eles confiadas, os bispos são chamados a “fazer da Igreja uma casa e escola de comunhão” (cf. NMI, 43). Como animador da comunhão, o bispo tem a missão de acolher, discernir e animar carismas, ministérios e serviços na Igreja. Como pai e centro de unidade, esforce-se por apresentar ao mundo o rosto de uma Igreja na qual todos se sintam acolhidos como em sua própria casa. “Para todo o Povo de Deus, em especial para os presbíteros, procuramos ser pais, amigos e irmãos, sempre abertos ao diálogo” (cf. DAp, 188).

95. O papa Francisco, na Exortação Apostólica Alegria do Evangelho, assim descreve o ministério do bispo: “O Bispo deve favorecer sempre a comunhão missionária na sua Igreja diocesana, seguindo o ideal das primeiras comunidades cristãs, em que os crentes tinham um só coração e uma só alma (cf. At 4, 32). Para isso, às vezes pôr-se-á à frente para indicar a estrada e sustentar a esperança do povo, outras vezes manter-se-á simplesmente no meio de todos com a sua proximidade simples e misericordiosa e, em certas circunstâncias, deverá caminhar atrás do povo, para ajudar aqueles que se atrasaram e sobretudo porque o próprio rebanho

possui o olfato para encontrar novas estradas. Na sua missão de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, deverá estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo *Código de Direito Canônico* e de outras formas de diálogo pastoral, com o desejo de ouvir a todos, e não apenas alguns sempre prontos a lisonjeá-lo. Mas o objetivo destes processos participativos não há-de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos”. (EG, 31)

AGENTES DE PASTORAL

96. Todos os Ministérios comungam do mesmo projeto no seguimento de Jesus e na construção do Reino. Todos os Ministérios partilham da mesma identidade real, profética e sacerdotal do Cristo Ressuscitado. Na Igreja CEBs que queremos ser, ninguém é maior que o outro (cf. Jo 13,1s). Todas as pessoas são chamadas a viver o serviço no amor e na igualdade (cf. Gl 3,28).

97. Os Agentes de Pastoral são os seguintes: o bispo, os padres, os diáconos, as pessoas consagradas e as pessoas leigas que se dedicam em tempo integral à Ação Evangelizadora nos níveis de Paróquia, de Região Pastoral e de Diocese.

98. “O Concílio Vaticano II estabelece o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, e cada um, ainda que de maneira qualitativamente diferente, participa do único sacerdócio de Cristo” (cf. DAp, 193). A ministerialidade é o caminho que a Igreja-CEBs percorre para superar suas próprias contradições e ambiguidades. É uma vocação profética para que as pessoas discípulas missionárias de Jesus recriem relações de igualdade na Comunidade. Ora acreditamos defender uma Igreja do “poder sobre”, autoritária e legalista, ora acreditamos na Igreja do serviço, “do poder com”, do Povo de Deus. Esta tensão existe desde sempre, mas pode ser, aos poucos, convertida com práticas mais includentes. Os ministérios leigos e ordenados, a vida consagrada, os serviços e pastorais devem estar a serviço da vida plena, com práticas de acolhida, diálogo e ternura, a começar entre si mesmos, abrindo-se amplamente para relações sociais e ecológicas do cuidado com a Vida.

99. Portanto, partilhamos nossa vocação através dos ministérios que estão a serviço da Comunidade, desde o seu chão mais específico, de acordo com suas necessidades mais concretas. Nas bases estão os “sem-poder”, lugar onde Jesus se encarnou: junto aos excluídos e “sobrantes”, sem-casa, sem-

terra, sem-família, casais em segunda união, doentes, migrantes, desempregados. Com estas pessoas, a Igreja vive a ministerialidade: anuncia a pessoa de Jesus Cristo e seu evangelho, pratica a justiça, o diálogo e a ternura; celebra, constrói e espera o Reino Definitivo.

100. A experiência na busca pelas relações de igualdade e partilha dentro da comunidade eclesial deve, da mesma forma, refletir-se na sociedade civil. É indispensável a presença e atuação dos discípulos missionários de Jesus nas diversas organizações sociais e políticas, espaços do exercício da cidadania e garantia dos direitos: Centro dos Direitos Humanos e Cidadania da Região Serrana, Associações, Sindicatos, Conselhos de Políticas Públicas, Cooperativas, Partidos Políticos, Fóruns Locais e Regionais, Comitês pela Vida e Reforma Agrária, enfim, em todos os Movimentos e Organizações Populares que estão a serviço da Vida.

UMA IGREJA CELEBRATIVA

101. A Comunidade reunida na fé (cf. CNBB, Doc. 100, nº 162), perseverante na escuta e na prática da Palavra, na comunhão fraterna, no partir do pão nas casas e no templo (cf. At 2,42ss), atualiza a presença de Jesus, o Senhor Ressuscitado, experimentando verdadeiramente: “Ele está no meio de nós!”. Por isso, na Igreja que queremos, a Comunidade celebra sua vida litúrgica, os sacramentos, as festas, datas e fatos significativos. A Celebração Eucarística, as Celebrações dominicais da Palavra e o encontro semanal dos Grupos de Família, são espaços privilegiados da Igreja Celebrativa. O modo como a celebração é preparada e realizada, revela o modo de ser Igreja.

102. A Conferência de Aparecida, retomando a palavra do apóstolo Paulo: “Pela graça de Deus sou o que sou” (1Cor 15,10), afirma que “a graça tem primado absoluto na vida cristã e em toda a atividade evangelizadora da Igreja” (cf. DAp, 348). Esta experiência da graça é testemunhada pela Igreja, de modo mais visível, na vida celebrativa. Pela graça de Deus, somos convocados e formamos assembleias litúrgicas, manifestando o imenso amor vivificador de Deus que nos é oferecido em Cristo, morto e ressuscitado. Na escuta e partilha da Palavra de Deus, na participação da Ceia do Senhor, na celebração dos Sacramentos, nos Grupos de Família e em toda oração pessoal e comunitária, mergulhamos na comunhão da Trindade Santa e antecipamos a alegria do Reino, ao mesmo tempo dom e conquista.

103. Graças ao Concílio Vaticano II, voltamos ao sentido genuíno da Liturgia como ação do Povo de Deus, pelo batismo participante do sacerdócio de Cristo e todo ele celebrante. O Concílio Vaticano II afirma que “a Liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana toda a sua força” (SC 10). Na celebração participamos na grande liturgia que Deus realiza na história da humanidade. É sempre ação criadora, libertadora, transformadora e santificadora que não só nos atinge, mas nos envolve e nos torna protagonistas, participantes desta sua ação, numa aliança de amor e compromisso.

104. Celebrar é sempre ação comunitária e ato segundo de nossa fé. O Papa Francisco fala que a Igreja “em saída” é a comunidade de discípulas e discípulos missionários, que fazendo a experiência de Jesus Cristo Ressuscitado é impulsionada a “sair em missão” procurando os afastados, convidando os excluídos e oferecendo a todos a misericórdia. A comunidade cristã sentindo-se envolvida abaixa-se, põe-se de joelhos e assume a vida humana, tocando assim a carne sofredora de Cristo no povo. Acompanhando com perseverança a humanidade ela se torna fecunda pelos frutos, mesmo em meio ao joio semeado junto com o trigo. A cada pequena vitória é motivo de celebrar e festejar (cf. EG, 24 e DAEDL, 125).

105. Um novo jeito de ser Igreja, a partir dos Grupos de Família - Comunidades Eclesiais de Base, implica um novo jeito de celebrar. O Concílio Vaticano II insiste que a liturgia é “fonte e cume” para o qual tende toda a ação da Igreja (cf. SC 1). Na celebração, fazemos experiência do Mistério Pascal de Cristo, em relação à nossa Vida, que é a primeira, mais importante e mais sagrada Palavra de Deus. O memorial da paixão, morte e ressurreição de Jesus, o Cristo, atualiza-se em nossa Vida. Com ritos e símbolos, na oração pessoal e comunitária, na Celebração da Palavra, da Eucaristia e dos Sacramentos, antecipamos a alegria do Reino de Deus, visibilizamos uma Igreja do “avental”, servidora e pobre, e nos comprometemos na construção de uma Igreja e de uma Sociedade sem exclusões. Sem descuidar da estética, queremos construir uma ética litúrgica, um jeito de fazer liturgia que torne visível o “sacerdócio comum dos fiéis” e a participação plena, frutuosa e consciente e ativa de todo o Povo de Deus.

106. Esta Dimensão se realiza

- a) Na celebração da Eucaristia.
- b) Na celebração da Palavra.
- c) Na celebração dos Sacramentos.

- d) Nas manifestações da Piedade Popular (procissões, romarias, terços cantados, ajoelhação...).
- e) Nas experiências celebrativas das Comunidades.
- f) Nos Movimentos Eclesiais.
- g) Nas Organizações, Movimentos Populares, Setores Sociais da Pastoral que fazem, no dia a dia, a liturgia, que é ação do povo em defesa da vida.

CELEBRAÇÃO DA PALAVRA

107. A Comunidade se reúne no Domingo, Dia do Senhor (cf. At 20, 7), ou em outra data significativa, para celebrar a Vida, louvar e agradecer a Deus. Na celebração, a Comunidade acolhe a Palavra de Deus, procura discernir os sinais de opressão e libertação através da linguagem, dos símbolos e alimenta a espiritualidade na memória da vida, paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, renovando o compromisso com o seu seguimento no projeto do Reino de Deus. A Conferência de Aparecida reconhece “com profundo afeto pastoral” as “milhares de comunidades com seus milhões de membros que não tem a oportunidade de participar da Eucaristia dominical”. Estas comunidades, presentes também em nossa diocese, podem e devem “viver segundo o domingo” alimentando “seu já admirável espírito missionário participando da celebração dominical da Palavra, que faz presente o Mistério Pascal no amor que congrega, na Palavra acolhida e na oração comunitária” (cf. DAp, 253).

CELEBRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

108. Os sacramentos são gestos do poder salvífico do Deus da Vida presente na Comunidade Cristã. Toda a comunidade deve sentir-se responsável e cuidar para que os sacramentos sejam celebrados com a devida preparação (CDC, 843 e SC, 11 e 19), a fim de que eles alimentem e produzam frutos na vida pessoal e comunitária.

109. Para que os Sacramentos sejam um poderoso meio de libertação e transformação da comunidade faz-se necessária uma nova relação entre catequese e liturgia com uma nova prática, entendida como um processo formativo, sistemático, progressivo e permanente de educação da fé (DAp, 298). Dessa forma, como a catequese não pode ser apenas “ocasional”, reduzida a preparar Sacramentos ou à Iniciação Cristã, a formação litúrgica deve superar toda forma de legalismo, ritualismo e clericalismo, impulsionando nossas comunidades para o fortalecimento e vivência missionária da fé em Jesus Cristo (cf. DAp, 379).

110. Manifestação visível e concreta da graça de Deus, os Sacramentos são também uma oportunidade privilegiada de evangelização e de fortalecimento do discipulado missionário. Muitas pessoas, em particular as que se afastaram da comunhão com a Igreja, aproximam-se da comunidade para a celebração dos Sacramentos. Este pode ser o momento para acolher e testemunhar uma Igreja que seja, na verdade, “morada de povos irmãos e casa dos pobres” (cf. DAp 8). São muitos os cristãos católicos que não participam na Eucaristia dominical, nem recebem com regularidade os sacramentos, nem se inserem ativamente na comunidade eclesial. Sem esquecer a importância da iniciação cristã, esse fenômeno nos desafia profundamente a imaginar e organizar novas formas de nos aproximar deles para ajudá-los a valorizar o sentido da vida sacramental, da participação comunitária e do compromisso cidadão (cf. DAp, 286 ; DAE-CNBB Sul 4, 69).

111. A graça de Deus age de modo privilegiado na vida dos “fiéis” por meio dos sete Sacramentos ministrados pela Igreja. Estão assim organizados: *Sacramentos da Iniciação Cristã*: o Batismo (faz renascer), a Eucaristia (alimento que sustenta) e a Crisma (confirma a fé e envia em missão); *Sacramentos da Cura*: a Confissão ou Reconciliação (liberta do pecado) e a Unção dos Enfermos (reconforta e perdoa as culpas e confirma a esperança); *Sacramentos do Serviço e da Santificação*: o Matrimônio (a serviço da vida conjugal) e a Ordem (a serviço e pastoreio do povo de Deus).

BATISMO

112. O Batismo é o sacramento de entrada na Igreja Povo de Deus, Corpo de Cristo, animada pelo Espírito Santo (cf. Rm 6, 2-4; 1Cor 12, 13; At 2, 38). É impossível separar o Batismo da Comunidade cristã. O Batismo incorpora a pessoa na Comunidade eclesial para fazê-la participar do Projeto de Jesus e, pela vida cristã, ser sinal de salvação para os outros (cf. Ef 2,22 e GS, 32). É expressão de adesão e resposta a Cristo, na construção do Reino de Deus.

EUCARISTIA

113. A Eucaristia é o memorial da presença de Jesus Ressuscitado. É a raiz e o eixo da vida de toda a Comunidade. É o centro da vida sacramental que a Palavra conduz. A Eucaristia é o sacramento que aponta, realiza e alimenta o Projeto da Partilha. Pela celebração eucarística já nos unimos à liturgia do céu e antecipamos a vida eterna, quando Deus será tudo em todos (cf. CIC, 1326). A Eucaristia é o lugar privilegiado do encontro do discípulo com Jesus Cristo (cf. DAp, 251).

CRISMA

114. É a experiência de Pentecostes (cf. At 2, 1-13). O Espírito Santo consagra e confirma a pessoa para o verdadeiro testemunho de Cristo através da palavra e ação. A pessoa crismada é evangelizadora. “Voltem e contem o que vocês viram e ouviram. Os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mudos falam, os mortos ressuscitam, e a Boa Notícia é anunciada aos pobres” (Lc 7, 22). O Sacramento da Crisma unge o cristão com o mesmo Espírito de Cristo quando expressa sua missão (cf. Lc 4, 16-22). A Crisma é o sacramento da confirmação do compromisso batismal, assumido publicamente. A pessoa cristã é enviada (cf. Jo 20, 21-22) para testemunhar o Evangelho na Igreja e na Sociedade, através de mediações concretas (ministérios, serviços pastorais, organizações, movimentos populares e denúncia das injustiças), construindo um outro mundo possível: sinal do Reino de Deus.

RECONCILIAÇÃO

115. É o sacramento que manifesta o amor e a misericórdia de Deus Pai para com o seu povo. Ele envia seu Filho para realizar a libertação e a salvação de toda a humanidade (cf. 1Jo 2, 2). Ele, por meio de Cristo e no Espírito Santo, continua convidando todos os seres humanos à salvação, oferecendo-lhes, na Palavra e nos Sacramentos, caminhos de libertação até a total plenitude em Jesus Cristo. O Sacramento da Reconciliação engloba a necessidade da criatura humana de se reconciliar com seu Criador, na sua dimensão pessoal, familiar, comunitária, social e ecológica.

MATRIMÔNIO

116. Deus criou a humanidade por amor, também a chamou para o amor, vocação fundamental e inata de todo o ser humano, pois a humanidade foi criada à imagem e semelhança de Deus que é Amor (cf. 1Jo 3). Daí decorre a unidade e a indissolubilidade do matrimônio, a serviço da vida e do compromisso com a Comunidade. Celebrar o Sacramento do Matrimônio é sinal de comunhão e de testemunho cristão na vida e na missão do batizado, que participa plenamente da caminhada da Igreja.

117. O fato de sermos amados por Deus enche-nos de alegria. O amor humano encontra sua plenitude quando participa do amor divino, do amor de Jesus que se entrega solidariamente por nós em seu amor pleno até o fim (cf. Jo 13,1;15,9). O amor conjugal é a doação recíproca entre um homem e uma mulher, os esposos: é fiel, exclusivo e fecundo, até à morte. Aberto à vida e à educação dos filhos, assemelhando-se ao amor fecundo da Santíssima

Trindade. O amor conjugal é assumido no Sacramento do Matrimônio para significar a união de Cristo com sua Igreja. Por isso, na graça de Jesus Cristo, encontra sua purificação, alimento e plenitude (cf. DAp, 117).

UNÇÃO DOS ENFERMOS

118. Os Evangelhos atestam amplamente o quanto Jesus se preocupou com o cuidado corporal e espiritual dos doentes (cf. Jo 9; Mc 9, 14-28; Lc 8, 43-48), ordenando aos discípulos e discípulas que fizessem o mesmo. A partir da Comunidade de Tiago temos o testemunho: “Alguém está enfermo? Mande chamar os presbíteros da comunidade e estes façam orações sobre ele, ungindo-o com óleo, em nome do Senhor. A oração da fé salvará o enfermo e o Senhor o restabelecerá. Se ele cometeu pecados, serão perdoados” (cf. Tg 5, 14-15).

ORDEM

119. É o sacramento ministrado pelo bispo, através da imposição das mãos e oração consecratória, aos vocacionados que se colocam a serviço do povo de Deus pelo ministério diaconal, presbiteral e episcopal. Estas vocações específicas foram abordadas anteriormente na dimensão da Igreja Ministerial (cf. DAEDL, 90-95).

UMA IGREJA MISSIONÁRIA

120. “A Igreja peregrina é missionária por natureza, porque tem sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai” (cf. AG 2, 4). A Missão do Povo de Deus emerge da comunidade de Deus, Uno e Trino, cujo amor transborda e aponta para a convocação e o envio de comunidades missionárias que dão testemunho de Deus-Comunidade de Amor. As CEBs são lugar privilegiado da vivência da fé em Deus e da realização de seu plano de salvação, do qual nos quer participantes de sua natureza missionária. “A experiência de um Deus Uno e Trino que é unidade e comunhão inseparável, permite-nos superar o egoísmo para nos encontrarmos plenamente no serviço para com o outro” (cf. DAp, 240). O mistério da Trindade é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja: “um povo reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito, chamado em Cristo como sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (cf. LG 1). A comunhão dos fiéis e das Igrejas locais do Povo de Deus se sustenta na comunhão com a Trindade (cf. DAp, 155) e nos remete à universalidade da Missão.

121. A Comunidade Eclesial de Base, ou seja, toda a Igreja-Povo de Deus, deve estar atenta em fazer sua a mesma prática missionária do Senhor e Mestre Jesus: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (cf. Jo 10,10). Missão assumida pela Igreja Latino-Americana e Caribenha, na Conferência de Aparecida, em maio de 2007, expressa no seu lema: “Discípulos missionários de Jesus Cristo, para que n' Ele nossos povos tenham vida”.

122. Uma Igreja sinal e instrumento do Reino está no mundo em defesa da Vida, onde esta estiver mais ameaçada. Vai ao encontro e dialoga com o “outro”, com aquela pessoa que se diz católica, mas que não participa da comunidade eclesial, que está afastada, excluída do convívio da comunidade. Atenção especial merecem as famílias e casais nas mais diversas situações: separadas, divorciadas, segunda união, mães e pais solteiros e pessoas em situação de pobreza. Os ministérios da acolhida e da visita tornam-se serviços indispensáveis e de dimensão verdadeiramente missionária.

123. A Igreja deve cumprir sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes (cf. Mt 9,35). Ele, sendo o Senhor, se fez servidor e obediente até a morte de cruz (cf. Fl 2,8); sendo rico, escolheu ser pobre por nós (cf. 2Cor 8,9), ensinando-nos o caminho de nossa vocação de discípulos-missionários. Nos Evangelhos, aprendemos a sublime lição de ser pobres seguindo Jesus pobre (cf. Lc 6,20; 9,58) e anunciar a Boa Notícia da paz sem bolsa ou alforje, sem colocar nossa confiança no dinheiro ou no poder deste mundo (cf. Lc 10,4s). Na generosidade das pessoas missionários se manifesta a generosidade de Deus, na gratuidade dos apóstolos aparece a gratuidade do Evangelho. (cf. DAp, 31)

124. A primeira terra de missão é a família reunida em Grupo de Família. Ali se encontra a criança, o adolescente, o jovem, a mulher e o homem, o idoso, a pessoa empobrecida. A missão continua entre os grupos, entre comunidades e paróquias. “A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária” (DAp, 370).

125. Uma Igreja “em saída”! “A Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que “primeireiam”, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam. Primeireiam, ou seja, tomam a iniciativa! A comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a

iniciativa, precedeu-a no amor (cf. 1 Jo 4, 10), e, por isso, ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva. Ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa! Como consequência, a Igreja sabe “envolver-se”. Jesus lavou os pés aos seus discípulos. O Senhor envolve-se e envolve os seus, pondo-Se de joelhos diante dos outros para os lavar; mas, logo a seguir, diz aos discípulos: “Sereis felizes se o puserdes em prática” (cf. Jo 13, 17). Com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até à humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo. Os evangelizadores contraem assim o “cheiro das ovelhas”, e estas escutam a sua voz. Em seguida, a comunidade evangelizadora dispõe-se a “acompanhar”. Acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam. Conhece as longas esperas e a suportação apostólica. A evangelização patenteia muita paciência, e evita deter-se a considerar as limitações. Fiel ao dom do Senhor, sabe também “frutificar”. A comunidade evangelizadora mantém-se atenta aos frutos, porque o Senhor a quer fecunda. Cuida do trigo e não perde a paz por causa do joio. O semeador quando vê surgir o joio no meio do trigo, não tem reações lastimosas ou alarmistas. Encontra o modo para fazer com que a Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova, apesar de serem aparentemente imperfeitos ou defeituosos. O discípulo sabe oferecer a vida inteira e jogá-la até ao martírio como testemunho de Jesus Cristo; contudo, o seu sonho não é estar cheio de inimigos, mas antes que a Palavra seja acolhida e manifeste a sua força libertadora e renovadora. Por fim, a comunidade evangelizadora jubilosa sabe sempre “festejar”: celebra e festeja cada pequena vitória, cada passo em frente na evangelização. No meio dessa exigência diária de fazer avançar o bem, a evangelização jubilosa torna-se beleza na liturgia. A Igreja evangeliza e se evangeliza com a beleza da liturgia, que é também celebração da atividade evangelizadora e fonte de um renovado impulso para se dar” (cf. EG, 24).

126. Outra dimensão missionária importante é aquela em que os cristãos e cristãs atuam para além fronteiras, indo a outras regiões, ou até outros povos. A missão não se limita a um programa ou a um projeto, mas é compartilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, de comunidade a comunidade e da Igreja a todos os confins do mundo (cf. At 1,8. Como afirma o Documento

da Conferência de Aparecida: “A Igreja necessita de forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente” (cf. DAp, 362). É nessa perspectiva que foi assumida com muita alegria a proposta do Papa Bento XVI da Missão Continental: “A missão continental procurará colocar a Igreja em estado permanente de missão” (cf. DAp, 551).

UMA IGREJA ECUMÊNICA E DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

127. Vivemos numa sociedade marcada pelo pluralismo de Igrejas. Nesse contexto, são visíveis os sinais de tensões, conflitos e divisão entre cristãos e Igrejas. Nem sempre se testemunha o Evangelho do Reino da comunhão e da paz. A divisão dos cristãos é uma “contradição” à vontade de Cristo que quer a unidade dos seus discípulos, é um “escândalo” para a sociedade, e um “obstáculo” à pregação do Evangelho (cf. UR 1).

128. No caminho da vivência ecumênica, importa ouvir sempre o apelo de Jesus: “Pai Santo, guarda-os em teu nome... para que eles sejam um, assim como nós somos um... para que o mundo acredite que tu me enviaste” (cf. Jo 17,20-21). A luta pela vida, pelos direitos da cidadania, definitivamente não tem fronteiras.

129. Além das parcerias que a Igreja deve buscar junto às outras organizações da Sociedade seguindo Jesus, é sinal de unidade o esforço conjunto das Igrejas Cristãs, na evangelização libertadora, como discipula missionária: isso é ecumenismo.

130. A palavra Ecumenismo vem de dois termos da língua grega: *oikós*, que significa “casa”; e *meines*, que significa “todos”. Podemos dizer que ecumenismo quer dizer “a casa de todos”. É nesta idéia que se baseia o ecumenismo: a de que todas as diferenças religiosas podem conviver em paz, dentro do mesmo ideal de amor, justiça e fraternidade.

131. Somos filhos e filhas de Deus, porque somos seres humanos feitos à imagem e semelhança do mesmo Criador, morando na casa comum dos irmãos e irmãs, na construção da paz, sem distinção de credos e religiões: isso é diálogo inter-religioso. O Movimento Ecumênico está aberto à ação do Espírito Santo, que leva as Igrejas a se renovarem e os cristãos e cristãs a

converterem o coração. Esse movimento procura, através da oração, da atividade concreta e organizada em defesa da Vida, restaurar a unidade da comunhão visível entre as Igrejas cristãs. “Por 'movimento ecumênico' entende-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos” (UR, 4).

132. Os Conselhos Pastorais precisam “incentivar e dirigir entre os católicos o movimento ecumênico, cuja finalidade é favorecer o restabelecimento da unidade entre todos os cristãos, cuja promoção a Igreja está obrigada por vontade de Cristo” (cf. CDC, 755). Por isso, afirma o Concílio Vaticano II: “Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade é um dos principais objetivos do Concílio Vaticano II” (cf. UR, 1).

133. A formação de uma mentalidade ecumênica mais aberta é fundamental para um diálogo sério e frutuoso. O ecumenismo é, assim, uma “necessidade” da Igreja, pois a ajuda a viver a sua natureza e vocação à unidade e à comunhão. E não se busca apenas o respeito ou a convivência pacífica entre os cristãos. Isso é importante, mas quer mais: busca-se “a unidade” e a “comunhão” na fé em Jesus Cristo, a participação comum na sua Igreja, o testemunho comum do Evangelho do Reino da “vida em abundância” (cf. Jo 10,10) para todas as pessoas.

134. É de extrema importância entender que o ecumenismo não é uma “pastoral a mais”, junto às outras pastorais que já realizamos. O ecumenismo é “uma dimensão” de todas as pastorais. Não existe uma “pastoral ecumênica”, mas sim “o ecumenismo na pastoral. Assim, todas as pastorais precisam desenvolver sua dimensão ecumênica, entendendo o ecumenismo como parte integrante da ação evangelizadora da Igreja. Confirmamos que, “onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo, crescem o conhecimento recíproco e o respeito, e abrem-se possibilidades de testemunho comum” (cf. DAp, 233).

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

135. A sociedade atual é marcada por um forte pluralismo religioso. E muitas vezes, as pessoas de diferentes religiões não se entendem, não dialogam, concorrem entre si para mostrar que a sua religião é mais verdadeira. Há guerras no mundo por causa da forma como as pessoas vivem a sua religião. Isso não condiz com a vontade de Deus para a humanidade.

Deus não faz distinção de pessoas por raça, cor, sexo ou religião. Deus quer salvar a todos (cf. At 4,12) e “em qualquer nação, quem o teme e pratica a justiça lhe é agradável” (At 10,34-35).

136. A Igreja ensina que “todos os povos constituem, com efeito, uma só comunidade: tem uma só origem (e) também um só fim último, Deus” (cf. NA, 1). Por isso, “não podemos invocar Deus, como Pai de todos, se recusarmos o tratamento fraterno a outras pessoas criadas também à imagem de Deus”. Somos irmãos e irmãs, filhos e filhas de Deus, morando na Casa Comum. A partir dessa certeza, “a Igreja reprova, como contrária à vontade de Cristo, qualquer discriminação ou vexame perpetrada por motivo de raça ou de cor, de condição social ou de religião” (cf, NA, 5).

137. Por isso devemos respeitar os “modos de agir e viver, os preceitos e doutrinas” das diferentes religiões (cf. NA, 2). A Igreja entende que é seu dever promover a unidade e a caridade entre os seguidores das diferentes religiões. Por meio do diálogo e da colaboração com as outras religiões, favorecemos para a construção de um mundo melhor, de igualdade, fraternidade, justiça e paz. Isso é a base para o diálogo inter-religioso: “O diálogo inter-religioso, além de seu caráter teológico, tem significado especial na construção da nova humanidade: abre caminhos inéditos de testemunho cristão, promove a liberdade e dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência motivada por atitudes religiosas fundamentalistas, educa para a paz e a convivência cidadã” (cf. DAp, 239).

UMA IGREJA SOCIOTRANSFORMADORA

138. Evangelizar significa anunciar a Boa Notícia do Evangelho de Jesus. O Evangelho é Boa Notícia se fizer acontecer, na prática, a Boa Realidade. Assumimos na Diocese de Lages a dimensão Sócio-Transformadora da Igreja como prática do Evangelho de Jesus que transforma as relações e o mundo: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano da graça do Senhor. Então Jesus começou a dizer-lhes: Hoje se cumpriu esta passagem da Escritura que vocês acabam de ouvir” (cf. Lc 4,18-19. 21).

139. A sociedade atual está perdendo os valores da solidariedade, da partilha e da comunhão, da amizade e do respeito para com a pessoa humana e toda a obra da criação. A dignidade da Vida, em todas as suas manifestações, está sucumbindo ao desejo do lucro, aos apelos do consumismo e à ganância desenfreada. A globalização, sustentada pelo sistema neoliberal, por um lado, concentra riquezas e bens nas mãos de poucas pessoas e empresas; por outro lado, traz a fome e a miséria, o desemprego e o subemprego, o êxodo rural, a violência, as drogas e a alienação. “Uma globalização sem solidariedade afeta negativamente os setores mais pobres. Já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas de algo novo: a exclusão social. Com ele a pertença à sociedade na qual se vive fica afetada na raiz, pois já não está abaixo, na periferia ou sem poder, mas está fora. Os excluídos não são somente 'explorados', mas 'supérfluos' e 'descartáveis’”. (cf. DAp, 65).

140. Assim como o mandamento “não matar” põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer “não a uma economia da exclusão e da desigualdade social” (cf. EG, 53).

141. O serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da missão da Igreja e expressão irrenunciável da sua própria essência. Assim como a Igreja é missionária por natureza, também brota inevitavelmente dessa natureza a caridade efetiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove”. (EG, 179) “A proposta é o Reino de Deus (cf. Lc 4,43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais” (cf. EG, 180).

142. No discipulado-missionário de Jesus somos chamados “a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-los nele: Os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo. Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da Pastoral e de nossas atitudes cristãs. Tudo que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres e tudo que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo: Tudo quanto vocês fizeram a um destes meus irmãos menores o fizeram a mim” (cf. DAp, 393).

143. A Conferência de Aparecida reassume a opção pelos pobres e pelos excluídos, fixando seu olhar nos rostos de novos excluídos que emergiram

com o avanço da globalização na América Latina e Caribe: “os migrantes, as vítimas de violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV, os toxicodependentes, idosos, meninos e meninas de rua que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem-terra e os mineiros. A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas.” (cf. DAp, 402)

144. O papa Francisco, desde o início de seu ministério, insiste que os pobres estão no coração de Deus e, portanto, devem também estar no coração da Igreja: “Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres. Estes têm muito para nos ensinar. Além de participar do *sensus fidei*, nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor. É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles. A nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica de suas vidas, e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, escutá-los, compreendê-los e acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles.” (cf. EG, 198)

145. Consideramos como parte de nossa opção também o cuidado com a Vida. Fenômenos como o aquecimento global, poluição da terra, das águas e do ar, são sinais de uma cultura de consumo, de exploração e desrespeito com a casa comum em que vivemos. Por isso, em nossa região, como Igreja, devemos estar atentos às mudanças que vem acontecendo, devido aos projetos de construção de barragens, ao monocultivo do pinus, do eucalipto e da soja, criação massiva de gado, desmatamentos, queimadas e uso de agrotóxicos. É preciso substituir relações predatórias de domínio por relações repletas de cuidado.

146. É muito comum em nossas comunidades e grupos as pessoas falarem que a saúde não funciona, falta saneamento básico, segurança entre outras. Para que esta situação mude é preciso que mesmo “embora a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política, a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocupar-se com a construção de um

mundo melhor. É disto mesmo que se trata, pois o pensamento social da Igreja é primariamente positivo e construtivo, orienta uma ação transformadora e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo” (cf. EG, 183).

147. No discipulado-missionário de Jesus, queremos trabalhar com mais afinco, para que nossa Igreja continue sendo companheira de caminhada de nossos irmãos e irmãs mais empobrecidos, promovendo “uma globalização diferente, que esteja marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos” (cf. DAp, 64); confirmando e potencializando a opção preferencial pelos pobres, para que ela possa marcar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais; estimulando o Evangelho da vida em nossos planos pastorais e promovendo caminhos eclesiais mais efetivos, com a preparação e compromisso do Povo de Deus para intervir nos assuntos sociais (cf. DAp, 396 e 400).

148. As pastorais sociais precisam dar um passo, sair do assistencialismo para uma ação mais transformadora. “Pequenos mas fortes no amor de Deus, como São Francisco de Assis, todos nós, cristãos, somos chamados a cuidar da fragilidade do povo e do mundo em que vivemos” (EG, 216). “A partir do coração do Evangelho, reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda a ação evangelizadora” (cf. EG, 178).

149. A Igreja de seguidores e seguidoras de Jesus Cristo não pode ficar indiferente, mas sim convocar todas as pessoas que se relacionam com a Mãe Terra como “Mãe da Vida,” a mudar seus hábitos e zelar pela criação, começando no cotidiano e indo até as atitudes mais proféticas, numa profunda espiritualidade ecológica. “Também a própria criação espera ser libertada da escravidão da corrupção, em vista da liberdade que é a glória dos filhos e filhas de Deus. Com efeito, sabemos que toda criação, até o presente, está gemendo como que em dores de parto, e não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos em nosso íntimo, esperando a condição filial, a redenção de nosso corpo. Pois é na esperança que fomos salvos” (cf. Rm 8, 21-25).



Agir

POR UMA IGREJA PARTICIPATIVA

ASSEMBLEIA PASTORAL COMUNITÁRIA

150. A Assembleia Pastoral Comunitária é o organismo mais importante para o exercício da co-responsabilidade e das decisões a respeito dos Objetivos e Metas prioritárias da Ação Evangelizadora de uma Comunidade Eclesial. É a instância onde estão representados os Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Pastorais da Comunidade.

151. Composição da Assembleia Pastoral Comunitária

- a) Agentes de Pastoral, onde o Pároco é coordenador nato a serviço da Assembleia.
- b) Membros do Conselho Pastoral Comunitário – CPC.
- c) Coordenação do Conselho Pastoral Paroquial – CPP.
- d) Todas as pessoas batizadas que exerçam liderança e ministérios na Comunidade.
- e) Todas as pessoas pertencentes aos itens a, b, c, d, têm direito a voz e voto.
- f) Convidados(as) de organizações da Sociedade civil e de Igrejas que atuam no espaço geográfico da Comunidade Eclesial, têm direito a voz, mas não a voto.

152. Atribuições da Assembleia Pastoral Comunitária

- a) Expressar a unidade da comunidade eclesial, formada pelos Grupos de Família, bem como pelos Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Pastorais da mesma.
- b) Definir, planejar e avaliar a Ação Evangelizadora na Comunidade Eclesial, a partir da realidade local e das Diretrizes Pastorais em nível Paroquial e Diocesano.

153. Funcionamento da Assembleia Pastoral Comunitária

- a) A Assembleia Pastoral Comunitária realizar-se-á anualmente e também conforme a necessidade da Comunidade, convocada pelo Pároco ou pessoa designada pelo Bispo.
- b) Registrar em livro de Atas.
- c) Elaborar relatório e enviar ao CPP.

CONSELHO PASTORAL COMUNITÁRIO – CPC

154. A Comunidade Eclesial é constituída por Grupos de Família, que vivem e celebram a mesma fé na Trindade. O CPC é o primeiro animador e coordenador da comunidade. Por isso, a principal missão do CPC é organizar e garantir a vida dos Grupos de Família. É o CPC quem garante a execução das decisões assumidas nas Assembleias Comunitárias. O CPC garante ainda a caminhada em comunhão com as demais comunidades que formam a Paróquia, seguindo as Diretrizes

Pastorais Paroquiais e Diocesanas.

155. Composição do Conselho Pastoral Comunitário

- a) Uma pessoa representante dos Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e pastorais escolhida pelos mesmos.
- b) Convidados/as conforme a necessidade pastoral.
- c) Agentes de pastoral paroquial.

156. Critérios para a indicação dos membros do CPC

- a) Participação na vida e nos compromissos da Comunidade.
- b) Testemunho de vida, participação no Grupo de Família e reconhecimento da Comunidade.
- c) Disposição de trabalhar em equipe em vista do crescimento de toda a Comunidade, tendo maturidade para respeitar as diferentes opções partidárias, principalmente em tempo de eleições.
- d) Condições básicas para o desempenho da função indicada.

157. Atribuições e Funcionamento do Conselho Pastoral Comunitário

- a) Promover e articular a unidade dos Grupos de Família, “chão” da Comunidade Eclesial.
- b) Despertar e garantir a formação de Lideranças.
- c) Planejar, coordenar e animar a caminhada da Comunidade dentro do Objetivo Pastoral Comunitário, Paroquial e Diocesano.
- d) Garantir uma caminhada conjunta entre os diversos Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Setores da Pastoral.
- e) Avaliar as atividades do cronograma da Comunidade e o desempenho específico dos vários Serviços e Ministérios, inclusive do próprio CPC.
- f) Planejar e organizar a Assembleia Pastoral Comunitária.
- g) Zelar pelo patrimônio físico e organizar as finanças da Comunidade

Eclesial, garantindo a aplicação financeira prioritariamente em vista da caminhada pastoral, sobretudo na formação de Lideranças e da Comunidade.

h) Prestar contas do movimento financeiro comunitário à Comunidade pelo menos a cada trimestre.

i) Garantir a presença da Igreja Católica no mundo, trabalhando em parceria com as demais Igrejas, Organizações e Movimentos Sociais que defendem e promovem a Vida (saúde, educação, moradia, saneamento, terra, emprego, salário digno...) e contribuindo para uma cultura dos direitos.

j) Substituir o membro do CPC que não desempenha a sua função na Comunidade de acordo com as Diretrizes e Orientações Pastorais da paróquia e da Diocese. O Conselheiro(a) que se ausentar por três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativa, será afastado do CPC.

k) Confirmar os representantes indicados pela Comunidade Eclesial para as reuniões/encontros paroquiais, ou outros.

l) O CPC reúne-se uma vez por mês e quando necessário.

m) Toda reunião deverá ser registrada no livro de Atas.

n) Os membros do CPC são eleitos por três anos, podendo ser reeleitos uma vez.

158. Composição da Coordenação do CPC:

a) A Coordenação é escolhida dentre e pelo CPC, deve ser confirmada, junto com os demais membros do CPC, pelo Bispo diocesano e apresentada à Assembleia Comunitária, com as seguintes funções: Coordenador(a) Executivo(a), Secretário(a), Tesoureiro(a).

b) O Pároco ou a pessoa designada pelo Bispo é o(a) Coordenador(a) nato(a) a serviço do Conselho.

159. Atribuições da Coordenação do CPC:

a) Promover e articular a unidade do CPC.

b) Preparar e coordenar as reuniões e as demais atividades do CPC.

c) Ser elo de ligação entre o CPC e Agentes de Pastoral, Serviços e Equipe de trabalho em nível de Paróquia.

d) Divulgar e acompanhar o uso de subsídios e da formação nas Paróquias/Diocese.

e) Manter em dia o livro de Atas, o livro Caixa e o livro da História da Comunidade.

f) Destinar os Livros de Atas concluídos ao arquivo paroquial.

ASSEMBLEIA PASTORAL PAROQUIAL

160. A Assembleia Pastoral Paroquial é o Organismo mais importante para o exercício da corresponsabilidade e das decisões a respeito dos objetivos e metas prioritárias da Ação Evangelizadora de uma Comunidade Paroquial. É a instância na qual estão representados os Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Setores da Pastoral da Paróquia.

161. Composição da Assembleia Pastoral Paroquial

a) Agentes de Pastoral da Paróquia, onde o Pároco, ou a pessoa designada pelo Bispo, é o coordenador nato a serviço da Assembleia.

b) Membros do Conselho Pastoral Paroquial.

c) Representantes dos Conselhos Pastorais Comunitários em número de três pessoas.

d) Representantes do Secretariado Pastoral Diocesano, com direito a voz e não a voto.

e) Todos os pertencentes aos itens a,b,c, têm direito a voz e voto.

f) Convidados(as) de organizações da Sociedade Civil e de Igrejas que atuam no espaço geográfico da Comunidade Paroquial, têm direito a voz e não a voto.

162. Atribuições da Assembleia Pastoral Paroquial

a) Promover e articular a unidade das diversas Comunidades Eclesiais que formam a Paróquia, bem como dos diversos Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Setores da Pastoral da mesma.

b) Definir, planejar e avaliar a Ação Evangelizadora na Comunidade Paroquial, a partir da realidade local e das Diretrizes e Orientações Diocesanas.

163. Funcionamento da Assembleia Pastoral Paroquial

a) A Assembleia Pastoral Paroquial realizar-se-á anualmente e também conforme a necessidade da Paróquia, convocada pelo Pároco ou pessoa designada pelo Bispo.

b) Registrar em livro de Atas.

c) Elaborar relatório e enviar aos CPCs que fazem parte da Comunidade Paroquial e ao Secretariado Pastoral Diocesano.

CONSELHO PASTORAL PAROQUIAL – CPP

164. A Comunidade Paroquial é formada por uma Rede de Comunidades situada num espaço geográfico comum. O CPP coordena e anima as Comunidades, Grupos, Movimentos, Organismos e Setores da Pastoral. O CPP garante a execução das decisões assumidas nas Assembleias Paroquiais. Organiza, coordena e anima a Ação Pastoral da Comunidade Paroquial em comunhão com as demais Comunidades Paroquiais que formam a Região Pastoral, seguindo as Diretrizes e Orientações Diocesanas.

165. Composição do Conselho Pastoral Paroquial

- a) Agentes de Pastoral.
- b) Um ou dois representantes de cada CPC, de cada Setor Pastoral e de cada Serviço Pastoral Paroquial.
- c) Pessoas convidadas conforme a necessidade pastoral, com direito a voz e não a voto.

166. Critérios para a indicação dos membros do CPP

- a) Participação na vida e nos compromissos pastorais da Comunidade Paroquial.
- b) Testemunho de vida, participação dos Grupos de Família, reconhecimento da Comunidade Paroquial.
- c) Disposição de trabalhar em equipe em vista do crescimento de toda a Comunidade Paroquial, tendo maturidade para respeitar as diferentes opções partidárias principalmente em tempo de eleições.
- d) Condições básicas para o desempenho da função indicada.

167. Atribuições e funcionamento do Conselho Pastoral Paroquial

- a) Promover e articular a unidade dos Serviços, Pastorais, Organismos e Entidades Paroquiais.
- b) Planejar e organizar a Assembleia Pastoral Paroquial.
- c) Despertar e garantir a formação de Lideranças.
- d) Planejar, coordenar e animar a caminhada da Comunidade Paroquial dentro do Objetivo Pastoral Paroquial e Diocesano.
- e) Articular e garantir uma caminhada conjunta dos diversos Serviços e Comunidades Eclesiais, seguindo as Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora da Diocese.
- f) Avaliar as atividades do cronograma da Comunidade Paroquial e o desempenho específico dos vários Serviços e Ministérios, inclusive do próprio CPP.

g) Zelar pelo patrimônio físico e organizar as finanças da Comunidade Paroquial, garantindo a aplicação financeira prioritariamente em vista da caminhada pastoral, sobretudo na formação de Lideranças e de Comunidades.

h) Prestar contas do movimento financeiro paroquial à Comunidade, mensalmente.

i) Organizar a visita pastoral do Bispo com a equipe do Secretariado Pastoral Diocesano.

j) Garantir a presença da Igreja Católica no mundo, trabalhando em parceria com as demais Igrejas, Entidades, Organizações e Movimentos Sociais, preocupando-se com tudo o que diz respeito à vida (saúde, educação, moradia, saneamento, terra, emprego, salário digno...) e contribuindo para uma cultura dos direitos.

k) Substituir o membro do CPP que não desempenha a sua função na comunidade de acordo com as Diretrizes e as Orientações Pastorais da Diocese. O(a) conselheiro(a) que se ausentar por três reuniões ordinárias consecutivas, sem justificativas, será afastado do CPP.

l) Confirmar os representantes indicados pela Paróquia nas reuniões/encontros da Região Pastoral, da Diocese, e outros.

m) Acompanhar e, se necessário, intervir junto aos CPCs.

n) O CPP reúne-se ao menos de três em três meses, ou sempre que for necessário.

o) Os Conselhos são eleitos por três anos, podendo ser reeleitos uma vez.

168. Composição da Coordenação do CPP:

a) A Coordenação é escolhida dentre e pelo CPP. Deve ser confirmada, junto com os demais membros do CPP, pelo Bispo diocesano e apresentada à Assembleia Paroquial, com as seguintes funções: Coordenador(a) Executivo(a), Secretário(a), Tesoureiro(a). O Pároco ou a pessoa designada pelo Bispo é o(a) Coordenador(a) nato(a) a serviço do CPP.

169. Atribuições da Coordenação do CPP:

a) Promover e articular a unidade do Conselho.

b) Ser elo de ligação entre o CPP e os Agentes de Pastoral, Serviços e Equipes de trabalho em nível de Região Pastoral.

c) Divulgar e acompanhar o uso de subsídios e a formação nas Paróquias/Diocese.

d) Manter em dia o Livro de Atas, o Livro Caixa e o Livro da História da Paróquia.

e) Destinar os Livros de Atas concluídos ao arquivo paroquial.

ASSEMBLEIA DA REGIÃO PASTORAL

170. A Assembleia da Região Pastoral é o Organismo mais importante de decisão a respeito dos objetivos e metas prioritárias da Ação Evangelizadora de uma Região Pastoral. Ela é formada por redes de Comunidades-paróquias, que se reúnem por proximidade geográfica ou por afinidade sócio-econômico-cultural. É a instância onde se elege ou se confirma o Conselho da Região Pastoral.

171. Composição da Assembleia da Região Pastoral

- a) Agentes de Pastoral das Paróquias que constituem a Região Pastoral.
- b) Coordenação executiva dos Conselhos Pastorais Paroquiais.
- c) Secretariado Pastoral Diocesano, representando o CPD.
- d) Convidados(as), conforme a necessidade da ação evangelizadora na Região Pastoral.
- e) Os ítems c,d, têm direito a voz e não a voto.

172. Atribuições da Assembleia da Região Pastoral

- a) Promover e articular a unidade das Paróquias que formam a Região Pastoral, bem como dos Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Setores de Pastoral da mesma.
- b) Definir, planejar e avaliar a Ação Evangelizadora na Região Pastoral, a partir da realidade local e das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Diocese.

173. Funcionamento da Assembleia da Região Pastoral

- a) A Assembleia da Região Pastoral realiza-se na última reunião do ano.
- b) Registrar em livro de Atas.
- c) Elaborar relatório e enviar aos CPPs que fazem parte da Região Pastoral e ao Secretariado Pastoral Diocesano.

CONSELHO DA REGIÃO PASTORAL – CRP

174. O Conselho da Região Pastoral é quem garante a execução das decisões assumidas nas Assembleias da Região Pastoral. Organiza, coordena e anima a ação eclesial da Região Pastoral em comunhão com as demais Regiões Pastorais que formam a Diocese, seguindo as Diretrizes e Orientações Diocesanas.

175. Composição do Conselho da Região Pastoral

- a) Coordenação executiva dos Conselhos Pastorais Paroquiais ou seus representantes.
- b) Agentes de pastoral das Paróquias que formam a Região Pastoral.
- c) Secretariado Pastoral Diocesano, representando o Conselho Pastoral Diocesano – CPD.
- d) Outras pessoas convidadas conforme a necessidade pastoral, com direito a voz e não a voto.
- e) A Coordenação é escolhida dentre e pelo CRP, com as seguintes funções: Coordenador(a), Secretário(a), Tesoureiro(a).

176. Atribuições e funcionamento do Conselho da Região Pastoral

- a) Promover e articular a unidade das Paróquias que formam a Região Pastoral, bem como dos diversos Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Setores de Pastoral da mesma.
- b) Trocar experiências e entre-ajuda pastoral com Agentes de Pastoral e Lideranças.
- c) Realizar estudos que levem em conta as realidades e desafios comuns.
- d) Promover ações conjuntas através de planejamento e avaliação.
- e) Eleger seus representantes para os diversos Conselhos e Assembleia a nível Diocesano.
- f) O CRP reúne-se ao menos três vezes por ano ou quando necessário.
- g) O CRP é eleito por três anos, podendo ser reeleito uma vez.

177. Atribuições da Coordenação da Região Pastoral:

- a) Promover e articular a unidade do Conselho.
- b) Convocar, preparar e coordenar as reuniões do CRP.
- c) Incentivar Lideranças e Ministérios das Paróquias da Região Pastoral a participarem dos encontros de formação e das iniciativas da Região Pastoral e da Diocese.
- d) Ser elo de ligação entre o CRP e os Agentes de Pastoral, Serviços e Equipe de trabalho a nível de Região Pastoral e Diocese.
- e) Divulgar e acompanhar o uso de subsídios e a formação nas Paróquias/Diocese.
- f) Avaliar as atividades do cronograma da Região Pastoral.
- g) Visitar e acompanhar os CPPs e os projetos comuns da Região Pastoral.
- h) Elaborar e enviar os relatórios das reuniões aos membros do CRP.
- i) Manter em dia o Livro de Atas e o Livro Caixa.
- j) Destinar os Livros de Atas concluídos ao arquivo do Secretariado Pastoral Diocesano.

ASSEMBLEIA PASTORAL DIOCESANA

178. A Diocese é uma parte do Povo de Deus, situada numa realidade social e cultural definida. É formada pelo conjunto das Comunidades Eclesiais confiadas ao pastoreio do Bispo, com a cooperação dos Conselhos Pastorais. Tendo por centro de unidade a pessoa de Jesus Cristo – ontem, hoje e sempre – evidenciando a Palavra e a Eucaristia. A Diocese constitui a Igreja convocada, reunida e enviada em missão pela Trindade Santa. A Assembleia Pastoral Diocesana é o Organismo mais importante para o exercício da corresponsabilidade e das decisões a respeito dos objetivos e metas prioritárias da Ação Evangelizadora.

179. Composição da Assembleia Pastoral Diocesana

- a) Conselho Pastoral Diocesano - CPD
- b) Agentes de Pastoral e três Lideranças Leigas por Conselho Pastoral Paroquial - CPP.
- c) Convidados(as), conforme a necessidade da Ação Evangelizadora na Diocese, com direito a voz e não a voto.
- d) Um representante do Propedêutico, um da Filosofia e todos os estudantes da Teologia.
- e) Representante da CNBB Regional Sul 4, com direito a voz e não a voto.

180. Atribuições da Assembleia Pastoral Diocesana

- a) Promover e articular a unidade das diversas Comunidades Paroquiais que formam a Igreja Diocesana, bem como dos diversos Serviços, Movimentos, Instituições, Organismos e Setores de Pastoral da mesma.
- b) Definir, planejar e avaliar a Ação Evangelizadora na Diocese, a partir da realidade local e das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora da Diocese e da CNBB-Regional Sul 4.
- c) Confirmar os representantes dos diversos níveis da Ação Pastoral para o nível: diocesano, regional e nacional.

181. Funcionamento da Assembleia Pastoral Diocesana

- a) A Assembleia Pastoral Diocesana ordinariamente realiza-se a cada dois anos, intercalada pelo Retiro para Agentes de Pastoral e Lideranças. É convocada pelo Bispo diocesano que coordena os trabalhos da mesma.
- b) Registra-se em livro de Atas.
- c) Elabora-se relatório e envia-se aos Conselhos Pastorais Paroquiais, Regiões Pastorais e CNBB-Regional Sul 4.

CONSELHO PASTORAL DIOCESANO – CPD

O Conselho Pastoral Diocesano é quem garante a execução das decisões assumidas na Assembleia Pastoral Diocesana. Organiza, coordena e anima a Ação Eclesial na Diocese em comunhão com as demais Dioceses que formam a CNBB-Regional Sul 4 e com a caminhada da Igreja do Brasil.

182. Composição do Conselho Pastoral Diocesano

- a) Bispo Diocesano.
- b) Vigário Geral.
- c) Representante do Colégio de Consultores.
- d) Representante do Conselho Diocesano de Presbíteros.
- e) Representante do Conselho Diocesano de Diáconos.
- f) Representante da Conferência dos Religiosos e Religiosas na Diocese.
- g) Representante do Conselho Diocesano de Leigos e Leigas.
- h) Representante do Conselho Diocesano de Economia.
- i) Representantes dos Conselhos das Regiões Pastorais.
- j) Um representante de cada Serviço Pastoral, Organismo, Movimento, Instituição e Entidade Eclesial, que funcionam em nível diocesano, escolhido pelos mesmos.
- k) A Equipe Executiva do Secretariado Pastoral Diocesano.
- l) Pessoas convidadas.
- m) Os membros do CPD são confirmados pelo Bispo Diocesano.
- n) Os itens k,l, têm direito a voz e não a voto.

183. Atribuições e funcionamento do Conselho Pastoral Diocesano

- a) Promover e articular a unidade das Regiões Pastorais, dos Serviços, Organismos, Movimentos, Instituições e Entidades Eclesiais em nível diocesano.
- b) Garantir e encaminhar as decisões da Assembleia Pastoral Diocesana.
- c) Examinar e encaminhar propostas dos e para os Serviços, Movimentos, Instituições, Entidades, Organismos e Setores da Pastoral da Diocese.
- d) Avaliar as atividades do cronograma da Diocese, considerando todas as dimensões da vida eclesial diocesana, inclusive a administrativa.
- e) Preparar e animar a Assembleia Pastoral Diocesana.
- f) Aprovar a indicação de novos Representantes ou Coordenadores de Setores Pastorais específicos a nível de Diocese.
- g) Convocado pelo Bispo Diocesano, reúne-se ordinariamente de três em três meses.
- h) A Equipe Executiva do Secretariado Pastoral Diocesano é a secretaria executiva do Conselho Pastoral Diocesano – CPD.

184. Constituição da Coordenação do CPD:

- a) Bispo Diocesano.
- b) A Equipe Executiva do Secretariado Pastoral Diocesano.

185. Atribuições da Coordenação do CPD:

- a) Preparar e coordenar as reuniões do CPD.
- b) Incentivar Lideranças e Ministérios das Paróquias, das Regiões Pastorais a participarem dos encontros de formação e das iniciativas da Diocese.
- c) Ser elo de ligação entre o CPD e Agentes de Pastoral, Serviços, Movimentos, Organismos, Instituições e Entidades Eclesiais em nível de Diocese e CNBB-Regional Sul 4.
- d) Divulgar e acompanhar o uso de subsídios e a formação nas Paróquias/Diocese.
- e) Visitar e acompanhar os CPPs e CRPs.
- f) Acompanhar os projetos comuns da Diocese.
- g) Prestar conta do movimento financeiro de cada pastoral, em nível diocesano, na última reunião do ano.
- h) Manter em dia o livro de Atas do CPD e, quando concluído, destinar aos arquivos do Secretariado Pastoral Diocesano.
- i) Elaborar e enviar o relatório das reuniões aos membros do CPD.

CONSELHO DIOCESANO DE LEIGOS E LEIGAS – CDL

186. O Conselho Diocesano de Leigos e Leigas assiste o Bispo e a Diocese em todas as questões relacionadas às contribuições que podem dar à vida e à missão da Igreja, seja como pessoas, seja nas diferentes formas de associações eclesiais. O Conselho de Leigos e Leigas tem sua fundamentação na Tradição e no Magistério de nossa Igreja na proposta formulada no Concílio Vaticano II (cf. AA, 26). Compete-lhe animar os leigos, promover a integração entre pastorais e movimentos no caminho do mesmo projeto pastoral diocesano; fortalecer a formação permanente e de qualidade dos fieis leigos, a fim de participarem na vida e na missão da Igreja do modo que lhes é próprio, quer como pessoas, quer como membros de associações. Sua missão peculiar é permear com o espírito evangélico a Sociedade, no testemunho da Igreja, para a construção de um mundo sem exclusões, justo, fraterno e solidário, sinal do Reino definitivo. A Diocese de Lages assume o compromisso de promover, articular e fortalecer a formação deste Conselho em nível Diocesano, em comunhão com a CNBB-Regional Sul 4.

MANUTENÇÃO DO PROJETO DE EVANGELIZAÇÃO

187. Para fortalecer a partilha do dízimo é importante:

- a) Criar e incentivar a Pastoral do Dízimo.
- b) Praticar a partilha solidária com pessoas empobrecidas.
- c) Considerar como prática dizimista, além da contribuição financeira, a partilha gratuita do tempo, dons, serviços e ministérios na comunidade.
- d) Exercitar o Planejamento do Orçamento em todos os níveis pastorais, garantindo para a formação de lideranças leigas ao menos 10% da receita bruta.
- e) Crescer na transparência divulgando na comunidade, até um mês após, a prestação de contas do dízimo, coletas, festas, promoções e doações.
- f) Investir parte do dízimo na formação de agentes, lideranças, solidariedade social, catequese, liturgia, seminários, manutenção da comunidade, paróquia, diocese.
- g) Manter em dia o Livro Caixa e a prestação de contas periódica e transparente.
- h) Exercitar dentro da própria paróquia a entre-ajuda com as comunidades mais empobrecidas, pois a solidariedade das Igrejas Irmãs, sobretudo do Norte do mundo, está se voltando, cada vez mais, às grandes necessidades de outras regiões.
- i) Os projetos financeiros para agências financiadoras locais, nacionais e internacionais, após conhecimento do respectivo CPP, devem ser apresentados à Equipe designada pelo Conselho Econômico Diocesano e então receber a carta de recomendação do Bispo diocesano. Proceda-se igualmente para a respectiva prestação de contas.
- j) Promover um Seminário Anual Diocesano sobre Economia e Pastoral, procurando percorrer um caminho comum para a partilha do que somos, sabemos, temos e podemos.

188. Coletas Anuais

- a) A Campanha da Solidariedade é realizada no domingo de Ramos. Sendo que 40% dos recursos são destinados para o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), administrado pela Cáritas Brasileira, e 60% ao Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS). (cf. Anexo I)
- b) A coleta para os Lugares Santos é realizada na Sexta-Feira Santa.
- c) A coleta do Óbolo de São Pedro é realizada no domingo posterior a 29 de junho.
- d) A coleta das Missões é realizada no 3º domingo de outubro.
- e) A Campanha Nacional para Evangelização é feita no 3º domingo do

Advento: 40% dos recursos são destinados para o Fundo Nacional de Evangelização (FNE) e 60% ao Fundo Diocesano de Evangelização.

f) Seja realizada em todas as comunidades uma promoção ou coleta anual para os seminários e casas de formação religiosas presentes na diocese. Igualmente recomenda-se que as Pessoas Jurídicas Eclesiásticas contribuam com os Seminários da diocese (cf. CDC, 264).

g) A coleta anual em favor dos seminários em paróquias atendidas por religiosos sejam destinados 50% para os seminários dos respectivos religiosos e 50% para os seminários da Diocese assim como para as Casas de formação de religiosos.

POR UMA IGREJA MINISTERIAL

MINISTÉRIOS LEIGOS

189. Compete às pessoas leigas que são Ministros e Ministras da Palavra, Ministros e Ministras Extraordinários da Comunhão, Ministros e Ministras do Batismo e às Testemunhas Qualificadas do Matrimônio:

- a) Promover a unidade das pessoas dentro de sua Comunidade.
- b) Atuar pelo testemunho de vida e na Ação Pastoral da Comunidade.
- c) Abençoar as pessoas, imagens, objetos, alimentos, casas, etc.
- d) Realizar celebrações nos Grupos de Família – CEBs, aniversários, cultos, com doentes e agonizantes, e Celebração de Exéquias.
- e) Investir na formação permanente e de qualidade para fortalecer o ministério que lhes é confiado.

190. Ministério da Palavra

Aos Ministros e Ministras da Palavra compete:

- a) Servir à mesa da Palavra, para que a Boa Notícia do Evangelho seja Boa Realidade, sobretudo para as pessoas excluídas.
- b) Investir na própria formação bíblico-homilética, bem como no conhecimento social, político e cultural do povo serrano, para que as homilias sejam para a edificação da fé, da esperança, e animem no compromisso com o Projeto de Jesus nas Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora de toda a Comunidade, em comunhão com o Ministério de Animação Litúrgica.
- c) Assumir e acompanhar a caminhada dos Grupos de Família – CEBs.
- d) Recuperar as raízes espirituais e místicas do seguimento de Jesus Cristo.
- e) Praticar a vivência de uma Igreja Participativa, trabalhando em comunhão com os demais Ministérios e Serviços da Comunidade Eclesial.

191. Ministério Extraordinário da Comunhão

Aos Ministros e Ministras Extraordinários da Comunhão compete:

- a) Atuar e exercer sua missão na Comunidade, promovendo a unidade e a comunhão, criando novos Grupos de Família.
- b) Incentivar, assumir e acompanhar a caminhada dos Grupos de Família – CEBs.
- c) Recuperar as raízes espirituais e místicas do seguimento de Jesus Cristo.
- d) Praticar a vivência de uma Igreja Participativa, trabalhando em comunhão com os demais Ministérios e Serviços da Comunidade Eclesial.
- e) Investir na própria formação teológico-pastoral e de conhecimento da realidade serrana, fiel à opção eclesiológica das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora.
- f) Distribuir extraordinariamente a Eucaristia nas celebrações, bem como aos doentes.
- g) Cuidar da higiene tanto pessoal quanto dos materiais utilizados nas celebrações dos sacramentos.
- h) As pessoas que se sentem chamadas a este ministério, mas estejam em situação irregular no matrimônio, sejam orientadas pelos Presbíteros e acompanhadas por uma pastoral adequada.

192. Ministério do Batismo e da Testemunha Qualificada do Matrimônio

Aos Ministros e Ministras do Batismo e Testemunhas Qualificadas do Matrimônio competem:

- a) Na ausência ou impedimento do ministro ordinário batizar e testemunhar o matrimônio (cf.CDC – 861 e 1112).
- b) Investir na formação bíblico-homilética, bem como no conhecimento social, político e cultural do povo serrano, para fortalecer na fé, na esperança e no compromisso os casais e as famílias da Comunidade.
- c) Assumir e acompanhar a caminhada dos Grupos de Família – CEBs.
- d) Recuperar as raízes espirituais e místicas do seguimento de Jesus Cristo.
- e) Praticar a vivência de uma Igreja Participativa, trabalhando em comunhão com os demais Ministérios e Serviços da Comunidade Eclesial.

193. Critérios para escolha e renovação dos ministérios:

- a) Exercem os Ministérios leigos todas as pessoas que se sentem chamadas ao serviço e são confirmadas pelo Conselho e pela Comunidade.
- b) Os Ministérios leigos litúrgicos da Palavra, Extraordinários da

Comunhão, do Batismo e Testemunhas Qualificadas do Matrimônio precisam de uma formação específica e da provisão do Bispo Diocesano.

c) As pessoas expressem sua disposição de renovar o compromisso assumido quando forem escolhidas para o Ministério.

d) As pessoas sejam apresentadas pelo grupo do respectivo Ministério ao CPC, para a aceitação dos mesmos.

e) Os Ministros precisam renovar o seu ministério diante de sua Comunidade, todos os anos, no Domingo da Santíssima Trindade – dia dos Ministros e Ministras Leigas da Diocese.

f) A nomeação dos Ministros e Ministras da Palavra e dos Ministros e Ministras Extraordinários da Comunhão é feita para o período de três anos, determinado pelo Bispo Diocesano, podendo haver renomeação.

CONSAGRADOS E CONSAGRADAS

194. Aos Consagrados e Consagradas na Diocese compete:

a) Assumir e acompanhar os Grupos de Família – CEBs.

b) Investir na formação sistemática e de qualidade de Lideranças Leigas.

c) Investir tempo na própria formação permanente.

d) Recuperar as raízes espirituais e místicas do seguimento de Jesus Cristo e de seus fundadores e/ou fundadoras.

e) Prosseguir na missão do profetismo social da Igreja.

f) Avançar na construção de uma Igreja inculturada, em sua liturgia e linguagem.

g) Procurar um atendimento personalizado que acolha todas as pessoas excluídas.

h) Buscar sempre mais uma pastoral urbana, melhorando a eficácia e a presença pública da Igreja.

i) Abraçar e praticar no dia a dia as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Diocese, da Paróquia e das Comunidades.

j) Assumir uma Catequese como educação na fé de forma renovada e dinâmica.

k) Estudar e analisar entre Paróquia, Congregação e Diocese, todos os aspectos da contratação da religiosa, em tempo integral, para o trabalho pastoral.

l) Considerar os aspectos do contrato de tempo integral, firmado entre Diocese, Paróquia e Congregação, a partir da política salarial diocesana.

m) A admissão e a demissão de agentes de pastoral consagrados/as seja sempre efetivada com anterior diálogo com o Bispo Diocesano.

DIÁCONOS PERMANENTES

195. Como todos os Agentes de Pastoral, é fundamental que os Diáconos Permanentes:

a) Invistam tempo e estudo numa formação permanente, fiel à opção teológico-ecclesial das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora da Diocese.

b) Assumam e acompanhem a caminhada dos Grupos de Família – CEBs.

c) Recuperem as raízes espirituais e místicas do seguimento de Jesus Cristo.

d) Atuem nos Conselhos Diocesano, Regional e Nacional de Diáconos.

e) Prossigam na missão do profetismo social da Igreja.

f) Avancem na construção de uma Igreja inculturada, em sua liturgia e linguagem.

g) Procurem um atendimento personalizado que acolha todas as pessoas excluídas.

h) Abracem e pratiquem no dia a dia as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Diocese, da Paróquia e das Comunidades.

i) Trabalhem em comunhão com os Presbíteros, o Bispo e os Conselhos Pastorais.

PRESBÍTEROS

196. O Presbítero na Diocese de Lages é chamado, no seguimento de Jesus Cristo, ao serviço dos irmãos e irmãs, especialmente dos mais empobrecidos, para a construção do Reino de Deus. Por isso precisa praticar a vivência de uma Igreja de Comunhão e Participação:

a) Assumindo e acompanhando a caminhada dos Grupos de Família – CEBs.

b) Convocando, promovendo e acompanhando o estudo formativo dos Conselheiros e Conselheiras.

c) Investindo na formação sistemática e de qualidade das Lideranças Leigas.

d) Investindo tempo na própria formação permanente, em suas quatro dimensões: humana, espiritual, intelectual e pastoral (cf. DAp, 194).

e) Recuperando as raízes espirituais e místicas do seguimento de Jesus Cristo.

f) Prosseguindo na missão do profetismo social da Igreja.

g) Avançando na construção de uma Igreja inculturada, em sua liturgia e linguagem.

h) Atuando nos Conselhos Diocesanos, Regional e Nacional de Presbíteros.

i) Oferecendo um atendimento personalizado que acolha todas as pessoas excluídas (cf. CNC – Doc. 5º).

j) Buscando sempre mais uma pastoral urbana, melhorando a eficácia e a presença pública da Igreja.

k) Abraçando e praticando, no dia a dia, as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Diocese, na Paróquia e nas Comunidades.

197. Critérios para transferência dos Presbíteros:

O Presbítero deve, pois, ter disponibilidade para estar a serviço onde se fizer útil e necessário. Nas transferências é bom que:

a) A transferência leve em conta a caminhada eclesial à luz das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora da Diocese.

b) Veja-se a necessidade da Diocese frente à Evangelização das Comunidades.

c) Haja conversação e diálogo.

d) Haja continuidade da Ação Pastoral.

e) Haja diálogo com a Comunidade através do Conselho Pastoral Paroquial.

f) Leve-se em conta a aptidão, projeto de vida, saúde, idade, convivência comunitária.

g) O presbitério seja um elemento de discernimento e corresponsabilidade.

h) Haja discernimento ao transferir padres novos para onde se encontram padres idosos ou vice-versa.

i) A permanência numa Paróquia, de ordinário, não ultrapasse seis anos. A partir daí, colocar-se à disposição do presbitério, conforme as necessidades da Diocese.

198. Meios próprios de formação para Agentes de Pastoral e Lideranças Leigas

Centro Diocesano de Pastoral; Instituto de Teologia Pastoral da Diocese de Lages - ITEPAL; Seminário Diocesano Propedêutico; Seminário Filosófico de Santa Catarina – SEFISC; Seminário Teológico de Lages - SETEHP; Cáritas Diocesana.

SECRETARIADOS

199. Secretaria Paroquial

A Secretaria Paroquial é um local de Evangelização muito importante na caminhada pastoral de uma Comunidade Paroquial. Além de ser o local de escrituração, é ali que as pessoas buscam informações e orientações para a sua vida pessoal e familiar e a participação comunitária. Neste sentido, a Evangelização acontece através de ambiente bem apresentável e acolhedor, pela atitude de carinho e escuta, pelo relacionamento terno e fraterno, atendendo às solicitações de toda pessoa que aí chega. O serviço da Secretaria faz a ligação e articulação entre a Comunidade Paroquial e a Diocese, recebendo e transmitindo informações.

200. Para uma boa prestação deste serviço pastoral é necessário que na Secretaria Paroquial existam os seguintes recursos:

a) Agenda com as anotações dos eventos e atividades diárias. As pessoas responsáveis para a execução das atividades sejam avisadas antecipadamente.

b) Calendário anual.

c) Caderno de anotações dos avisos e telefonemas.

d) Caderno para anotar as intenções de Missas.

e) Quadro mural onde aparecem as informações e avisos.

f) Telefone.

g) Computador com acesso à internet e impressora.

h) Livro Tombo onde se registra a história e eventos (caminhada pastoral) da Paróquia.

i) Livro de registro de Batismo (Livro-cópia para a Cúria Diocesana).

j) Livro de registros da Primeira Eucaristia (Livro-cópia para a Cúria Diocesana).

k) Livro de registro da Crisma. (Livro-cópia para a Cúria Diocesana).

l) Livro de registro dos Matrimônios (Livro-cópia para a Cúria Diocesana).

m) Livro de registro dos cursos paroquiais.

n) Livro de registro das Assembleias Paroquiais.

o) Livro de registro dos participantes das Assembleias Paroquiais.

p) Livro de Atas das reuniões do Conselho Pastoral Paroquial.

q) Livro-caixa do expediente paroquial.

r) Diretrizes da Ação Evangelizadora da Diocese de Lages.

s) Anuário do CERIS: endereços das Paróquias e Organismos Eclesiais da Igreja no Brasil.

t) Impressos: Certidão de Batismo; Certidão de Crisma; Certidão de

Matrimônio; Certidão Negativa (do Batismo, Crisma e Matrimônio); Pedido de Batistérios; Notificação de Matrimônio; Autorizações e Atestados; Transferências; Dispensas; Blocos de recibos, papel e envelopes timbrados...

u) Arquivo com as Escrituras dos Terrenos – Comunidades – pertencentes à Paróquia (cópia para a Cúria Diocesana).

v) Arquivo para Documentos Paroquiais.

w) O objetivo da Ação Evangelizadora da Comunidade Paroquial em lugar de destaque.

201. Secretariado Pastoral Diocesano

É um grupo de articulação e reflexão para o encaminhamento da Ação Evangelizadora da Diocese em conformidade com as decisões do Conselho Diocesano de Pastoral.

202. Atribuições do Secretariado Pastoral Diocesano

a) Garantir a execução das linhas de ação e metas encaminhadas pela Assembleia Pastoral Diocesana e CPD.

b) Assessorar encontros paroquiais, das regiões pastorais e pastorais específicas.

c) Elaborar subsídios e o Jornal CAMINHADA, órgão de formação e informação da Diocese.

d) Representar a Diocese na instância da CNBB-Regional Sul 4.

e) Ser um espaço de articulação e informação permanente entre Paróquias, Regiões Pastorais e Diocese.

203. Composição do Secretariado Pastoral Diocesano

a) Bispo Diocesano.

b) Vigário Geral.

c) Coordenador Diocesano de Pastoral.

d) Ecônomo/Administrador da Mitra Diocesana.

e) Agentes de Pastoral, com tempo integral, em nível diocesano.

f) Funcionários.

g) Convidados permanentes ou eventuais.

h) A Equipe Executiva do Secretariado é formada pelo(a) Coordenador(a) de Pastoral e Agentes com tempo integral, em nível diocesano.

204. Cúria Diocesana

É o organismo de secretaria e administração eclesiástica da Diocese.

Composição: Bispo Diocesano; Vigário Geral; Chanceler, Secretários e Secretárias.

205. Economia e Administração

É o organismo responsável pela administração econômica e contábil da Mitra Diocesana. (cf. ANEXO II)

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO

206. Na Comunidade:

- a) Assembleia Pastoral Comunitária
- b) Conselho Pastoral Comunitário – CPC

207. Na Paróquia:

- a) Assembleia Pastoral Paroquial
- b) Conselho Pastoral Paroquial – CPP
- c) Secretaria Paroquial

208. Na Região Pastoral:

Assembleia Pastoral da Região Pastoral
Conselho Pastoral da Região Pastoral – CPRP

209. Na Diocese:

Assembleia Pastoral Diocesana
Conselho Pastoral Diocesano – CPD
Secretariado Pastoral Diocesano
Cúria Diocesana
Conselho de Economia e Administração.

POR UMA IGREJA CELEBRATIVA

CELEBRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

210. Critérios para a Celebração dos Sacramentos:

- a) Opção de Fé Católica Apostólica Romana e quem se reúne em nome do Senhor.
- b) Preparação através da Catequese Permanente, ou seja, os Encontros de preparação para os Sacramentos.
- c) Participação na Comunidade através de serviços, celebrações, formação através de cursos, Grupos de Família, partilha do dízimo conforme a concepção de manutenção do Projeto Pastoral.
- d) Disposição de viver a prática da justiça e da fraternidade através da partilha e da solidariedade com os mais empobrecidos (cf. Mt 25, 31-40).

211. Exerce o Ministério da Celebração:

A Comunidade reunida na fé e ao redor da Palavra de Deus e da Eucaristia.
(cf. SC 14 e 26)

212. Preside a celebração:

- a) Bispo, Padre, Diácono.
- b) Ministros e Ministras da Palavra.
- c) Ministros e Ministras da Comunhão.
- d) Ministros e Ministras do Batismo.
- e) Testemunhas Qualificadas do Sacramento do Matrimônio.

213. Como animadores e animadoras da celebração:

As Equipes de Liturgia e Canto.

BATISMO

Critérios para a Celebração do Batismo

214. Pais

- a) Consentimento dos pais, pelo menos um deles, ou de quem é responsável legal (cf. CDC, 868).
- b) Aconselha-se a participação na Comunidade, nos Grupos de Família, partilha do dízimo conforme a concepção diocesana e adequada preparação (cf. CDC, 851 § 2 e 867 § 1).
- c) No momento de apresentação para o Batismo, seja apresentada, em via original (ou fotocópia autenticada), a certidão de nascimento da criança.
- d) Requer-se adequada preparação.

215. Padrinhos

- a) Sejam de Fé Católica Apostólica Romana. É suficiente um só padrinho ou uma só madrinha, ou os dois. Os demais serão considerados Testemunhas do Batismo (cf. CDC, 873).
- b) Tenham recebido os sacramentos da iniciação cristã: Batismo, Eucaristia e Crisma, apresentando uma vida de acordo com a fé e o compromisso que vão assumir (cf. CDC, 874).
- c) Sejam casados na Igreja, ou solteiros, ou separados sem segunda união.
- d) Idade mínima: 16 anos (cf. CDC, 874).
- e) Aconselha-se a participação na Comunidade, nos Grupos de Família, na partilha do dízimo conforme a concepção da Diocese, e adequada preparação (cf. CDC, 851 § 2).
- f) Requer-se adequada preparação

216. Outros Critérios

a) O Conselho Pastoral Comunitário poderá delegar aos Animadores e Animadoras de Grupos de Família o parecer sobre a possibilidade de fazer o batizado, com base nos critérios gerais. Quando precisar autorização para batizar em outra comunidade, encaminhar à Secretaria Paroquial.

b) A criança, a partir dos sete anos, bem como adolescentes e adultos não batizados, podem pedir o batismo participando da catequese batismal e da Comunidade.

c) Não se recomenda o Batismo de pessoas adultas que participam de instituições ou associações que combatam a Igreja Católica Apostólica Romana. Do mesmo modo, para aquelas que não comungam com a caminhada e opção da Igreja Católica no Brasil.

d) Em caso de doença grave e perigo de morte, qualquer pessoa movida por reta intenção poderá batizar a pessoa com água e dizendo: “(nome...) eu te batizo em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Se a pessoa melhorar, os pais a apresentarão à Comunidade para os ritos complementares do Batismo.

e) É costume da Piedade Popular a realização do Batismo em casa. Todavia, a Igreja orienta que, exceto em casos de real necessidade, a celebração do Batismo não seja feita em casa particular e sim na celebração comunitária da Igreja ou nos Grupos de Família.

f) O Batizado, na medida do possível, seja celebrado na própria Comunidade. Caso seja celebrado em outra Paróquia, deverá ser apresentada a transferência da Paróquia de origem. Não é orientação da Diocese a realização do sacramento do Batismo em clubes, fazendas e espaços não instituídos para o culto.

g) Para participar dos sacramentos deve-se considerar a situação dos trabalhadores: diaristas, boias-frias caminhoneiros, empreiteiros, trabalhadores sazonais, entre outros. Deve haver um acompanhamento pastoral catequético especial.

h) Recomenda-se solenizar o Sacramento do Batismo através de uma celebração própria, bem preparada, que envolva a Comunidade, seja nos Grupos de Família ou na Comunidade maior.

217. Em relação aos casos de batizados em outras Igrejas, observe-se:

a) Diversas Igrejas batizam, sem dúvida, validamente; por esta razão, um cristão batizado numa delas não pode ser normalmente rebatizado, nem sequer sob condição. Essas Igrejas são:

✓ Igrejas Orientais (“Ortodoxas”, que não estão em comunhão plena com a Igreja, católico-romana, das quais, pelo menos, seis se encontram presentes no Brasil);

- ✓ Igreja vétero-católica;
- ✓ Igreja Episcopal do Brasil (“Anglicanos”);
- ✓ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB);
- ✓ Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB);
- ✓ Igreja Metodista.

b) Há diversas Igrejas nas quais, embora não se justifique nenhuma reserva quanto ao rito batismal prescrito, há reservas quanto à concepção teológica que têm do batismo (p.ex., que o batismo não justifica e, por isso, não é tão necessário -, alguns de seus pastores, segundo parece, não manifestam sempre urgência em batizar seus fiéis ou em seguir exatamente o rito batismal prescrito: também nesses casos, quando há garantias de que a pessoa foi batizada segundo o rito prescrito por essas Igrejas, não se pode rebatizar, nem sob condição.)

Essas Igrejas são:

- ✓ Igrejas presbiterianas;
- ✓ Igrejas batistas;
- ✓ Igrejas congregacionalistas;
- ✓ Igrejas adventistas;
- ✓ a maioria das Igrejas pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Deus é Amor, Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”);
- ✓ Exército da Salvação (este grupo não costuma batizar, mas quando o faz, realiza-o de modo válido quanto ao rito).

c) Há Igrejas de cujo batismo se pode prudentemente duvidar e, por essa razão, requer-se, como norma geral, a administração de um novo batismo, sob condição. Essas Igrejas são:

- ✓ Igreja Pentecostal Unida do Brasil (esta Igreja batiza apenas “em nome do Senhor Jesus”, e não em nome da Santíssima Trindade);
- ✓ “Igrejas Brasileiras” (embora não se possa levantar nenhuma objeção quanto à matéria ou à forma empregadas pelas “Igrejas Brasileiras”, contudo, pode-se e deve-se duvidar da intenção de seus ministros; conforme Comunicado Mensal da CNBB, setembro de 1973, p. 1227, c, nº 4; cf. também, no Guia Ecumênico, o verbete “Brasileiras, Igrejas”);
- ✓ Mórmons (negam a divindade de Cristo, no sentido autêntico e, conseqüentemente, o seu papel redentor).

d) Com certeza, batizam invalidamente:

- ✓ Testemunhas de Jeová (negam a fé na Trindade);
- ✓ Ciência Cristã (o rito que pratica, sob o nome de batismo, tem matéria e forma certamente inválidas);
- ✓ Algo semelhante se pode dizer de certos ritos que, sob o nome de batismo, são praticados por alguns grupos religiosos não-cristãos, como a Umbanda.

EUCARISTIA

218. Para receber a Eucaristia recomenda-se:

- a) Testemunho do seguimento de Jesus na família, na Comunidade cristã e na Sociedade.
- b) Disposição de assumir e praticar a justiça nas relações sociais, econômicas e políticas (cf.CDC 915).
- c) Reconciliar-se com os irmãos e irmãs.
- d) Sacramento do Matrimônio para quem vive em união consensual (cf.CDC 915).
- e) Jejum uma hora antes da comunhão, exceto para pessoas idosas e doentes (cf.CDC 919).
- f) Pode-se comungar todas as vezes que se participa da Celebração Eucarística.

219. Condições para ter a Eucaristia na Comunidade:

- a) Haja Comunidade organizada vivendo uma prática de solidariedade, participação e partilha fraterna sob animação do Conselho Pastoral Comunitário, incentivando a vivência em Grupos de Família.
- b) Haja Ministro ou Ministra da Comunhão devidamente preparado(a), conforme as Diretrizes da Ação Evangelizadora.
- c) Haja segurança e limpeza na Igreja e alguém responsável por este ministério.
- d) A Igreja fique aberta em horário determinado para adoração pessoal e comunitária à Eucaristia, ao menos um dia por semana, além do domingo.

220. Para iniciação de crianças na Eucaristia recomenda-se:

- a) A criança deverá mostrar sinais de participação e compromisso com a comunidade, por exemplo, da catequese específica, das celebrações, dos Grupos de Família, grupos de adolescentes.
- b) Não perder de vista o processo de educação da fé através da catequese permanente.
- c) Acompanhamento dos pais ou responsáveis.
- d) No ano que completa 10 anos inicia a catequese eucarística.

221. Critérios para ser Catequista:

- a) Dar testemunho do seguimento de Jesus na família e na Comunidade, participando do Grupo de Família, da liturgia e dos compromissos da Comunidade.

- b) Participar do processo de formação dos catequistas.
- c) Apresentar um certo grau de maturidade humana, afetiva e uma prática metodológico-catequética.
- d) Jovens crismados(as), de 14 a 16 anos, iniciem seu ministério de catequistas como acompanhantes.

CRISMA

222. Critérios para a iniciação ao sacramento da Crisma:

- a) Participar da Comunidade e da catequese da Crisma.
- b) Ter algum compromisso com os serviços e necessidades da Comunidade, tais como: Pastoral da Juventude, Liturgia e outras Organizações da Comunidade.
- c) Iniciar a catequese em preparação à Crisma no ano que completar doze anos e a celebração do sacramento aos 13 anos completos.
- d) Preparação especial para os adultos.
- e) A escolha de padrinhos é opcional, porque o adolescente nesta idade já possui condições de assumir seu compromisso cristão.

RECONCILIAÇÃO

223. Critérios:

- a) O Sacramento da Reconciliação, tanto comunitária quanto individual, aconteça num contexto celebrativo, devidamente preparado.
- b) A Reconciliação, além da dimensão individual, deve ter a dimensão familiar e comunitária.
- c) Haja sempre uma catequese esclarecedora para o Sacramento da Reconciliação.
- d) A confissão individual é considerada o meio mais comum para a pessoa consciente se reconciliar com Deus e com a Comunidade (cf. CDC, 960).
- e) Em cada Paróquia haja um planejamento de modo que, em horas e dias marcados, o povo possa se confessar.
- f) Na medida do possível, a Confissão seja precedida de uma preparação comunitária.
- g) A Confissão com absolvição geral é considerada de caráter extraordinário, permitida em casos de necessidade, nos limites apresentados pelo CDC, 961-963: “1. Haja iminente perigo de morte e não haja tempo para que o sacerdote ouça a confissão de cada um dos penitentes. 2. Haja grave necessidade, isto é, quando por causa do número de penitentes não há número

suficiente de confessores para ouvirem as confissões de cada um... 3. Após a absolvição geral, em se tratando de pecados graves, ao surgir oportunidade, o penitente procure, o quanto antes, a confissão individual, antes de receber outra absolvição geral, a não ser que se interponha justa causa”.

h) Na Catequese as crianças serão iniciadas na celebração do amor e da misericórdia de Deus, através de Celebrações Penitenciais adaptadas à idade e compreensão delas. A Primeira Confissão seja individual, celebrada após o estudo da penitência, com certa solenidade, ressaltando a reconciliação pessoal e comunitária.

MATRIMÔNIO

224. Critérios para o Matrimônio:

a) Os noivos devem manifestar livremente e sem nenhum tipo de coação a disposição em constituir família enquanto lugar de convivência humana, de educação cristã, de proteção e defesa da vida (CDC 1057).

b) Assumir a vida familiar aberta à participação na Comunidade Cristã.

c) Ter assumido o Sacramento do Batismo. Aconselha-se a vivência do Sacramento da Penitência, da Eucaristia e, sempre que possível, da Crisma (CDC 1063, 1065 e 1086).

d) Haja entrevista do pároco com os noivos (CDC 1067), onde se encaminha o processo matrimonial.

e) Apresentar os documentos necessários pelo menos com um mês de antecedência: certidão de batismo recente (máximo de seis meses); certidão da crisma, sempre que possível; certidão de óbito em caso de viuvez; comprovante de preparação para o matrimônio; comprovante do dízimo, segundo a concepção das Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora.

f) Nos casos de uniões consensuais:

- considerar cada caso.

- não apressar a celebração do sacramento.

- orientar o casal para que participe da Comunidade.

g) A idade mínima para o casamento religioso é de 16 anos para as mulheres e 18 anos para os homens.

h) A celebração do matrimônio deve ser uma liturgia bem preparada e, na medida do possível, em horários comunitários.

i) A Celebração do Matrimônio seja animada com música e cantos que inspirem o sentido cristão.

j) A ornamentação seja simples e bela, evitando qualquer tipo de aparato externo marcado pela ostentação.

k) O Matrimônio, na medida do possível, seja celebrado na própria Comunidade. Caso seja celebrado em outra paróquia, deverá ser apresentada a transferência da paróquia de origem. É proibida a realização do Sacramento do Matrimônio em clubes, fazendas e espaços não instituídos para o culto.

l) Diante do crescente número de casais em situação irregular, pais e mães solteiros, uniões livres, divorciados, separados e recasados, é importante desenvolver uma ação pastoral rica em misericórdia e caridade. Dentro da organização da Pastoral Familiar, esses casos precisam receber tratamento pastoral adequado (CF 1994 - 236).

m) Informe-se a existência do Tribunal Eclesiástico, que é um serviço à pastoral familiar. Muitos motivos podem declarar nula, ou sem efeito, a realização do Sacramento do Matrimônio. O Tribunal Eclesiástico é uma instância da Igreja que declara esta nulidade. Quando o acompanhamento pastoral convier, recomenda-se o encaminhamento de tais casos, em vista do bem e da vivência cristã da família.

n) Seja feito o processo da revisão metodológica e de conteúdos dos cursos e outras formas de preparação ao Sacramento do Matrimônio.

o) Não se faz bênção para casais em situação matrimonial irregular, se isto configurar uma simulação sacramental.

UNÇÃO DOS ENFERMOS

225. Orientações:

a) Incentivar a Unção dos Enfermos em celebrações comunitárias como no dia da Saúde, dos enfermos e das pessoas idosas. O Sacramento da Unção dos Enfermos pode ser ministrado aos idosos, antes de viagens longas, cirurgias e em perigo de morte. Este Sacramento é ministrado pelo Presbítero (CDC 1004).

b) A experiência da doença numa família requer um cuidado especial por parte dos Presbíteros, Ministros e Ministras da Comunidade.

c) Para o acompanhamento pastoral das pessoas enfermas, realizar o trabalho de formação dos Ministros da Comunhão em conjunto com a Pastoral da Saúde.

d) Os doentes sejam visitados e acompanhados pelos Agentes de Pastoral da Saúde.

e) Se os doentes e pessoas idosas desejam receber a Eucaristia, esta poderá ser levada pelos Ministros e Ministras da Comunhão.

f) A família da pessoa enferma é convidada a comunicar ao Ministro e Ministra da Comunhão, com certa antecedência, a necessidade de acompanhamento pastoral.

ORDEM

226. Critérios para a Ordenação

a) Em nível pessoal, demonstre ter conquistado maturidade humana e cristã capaz de Comunhão e Participação no presbitério e na pastoral; autonomia e responsabilidade na administração e organização do seu projeto de vida, considerando o cultivo de sua espiritualidade, sua saúde psíquica, e a busca de sua formação permanente.

b) Demonstre consciência de si e de suas habilidades pessoais, aptidões e interesses, no entanto, tenha desenvolvido disposição e condições mínimas para assumir trabalhos indispensáveis na ação evangelizadora (pastoral paroquial, formação presbital, instituições sociais, trabalho missionário, setores da pastoral específica, trabalhos burocráticos e administrativos, coordenação pastoral, assessorias econômicas, jurídico-canônicas...)

c) No exercício do ministério que lhe será confiado demonstre explícita opção pela realidade da Região Serrana, adesão às Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora na Diocese de Lages, empenho e participação fraterna no presbitério.

d) Tenha adquirido maturidade intelectual que o habilite para a reflexão teológico-pastoral; planejamento e coordenação da Ação Evangelizadora; articulação com a sociedade civil e movimentos sociais.

e) Em se tratando de egressos de outros seminários diocesanos, religiosos ou institutos, considerem-se também as recomendações do Decreto Legislativo sobre a Admissão de Egressos ao Seminário (CNBB/1998).

227. Celebração da Ordem

a) A Ordenação Diaconal e Presbital deve se constituir num tempo de evangelização e animação vocacional, envolvendo a pastoral vocacional, litúrgica, agentes de pastoral e comunidades.

b) Na celebração de Ordenação, tenha-se o cuidado de não pôr em relevo a pessoa do ordenando e o aparato festivo, ofuscando o verdadeiro sentido do serviço, da missão e do ministério.

POR UMA IGREJA MISSIONÁRIA

228. Orientações:

a) Organizar em todos os níveis (comunitário, paroquial e diocesano) os Conselhos Missionários. Os COMIPAs (Conselhos Missionários Paroquiais) juntamente com o COMIDI (Conselho Missionário Diocesano), devem

realizar encontros de animação missionária com paróquias que estejam vivenciando o espírito da Conferência de Aparecida na renovação de suas estruturas.

b) Criar e incentivar a Infância Missionária, que é um espaço de participação missionária, de crianças e adolescentes no anúncio do Evangelho.

c) Oportunizar experiências missionárias que estimulem as pessoas a inserir-se na vida da Igreja.

d) Despertar e apoiar iniciativas para a Comunidade acolher e ou enviar equipes para as Santas Missões Populares, a fim de que na partilha da Palavra se fortaleça a animação, a esperança e a organização eclesial.

e) Estimular o uso do ritual de bênçãos dadas pelos leigos e leigas, animando uma pastoral de visitação e acolhida.

f) Despertar, apoiar, estimular e rezar pelas vocações missionárias *ad gentes*.

g) Preparar e animar o Mês Missionário de maneira criativa, fortalecendo a missionariedade de nossa Igreja.

h) Enviar a todas as comunidades Carta Motivadora da Coleta Missionária, que deverá ser lida nas Celebrações, explicando para onde é destinado o recurso arrecadado.

i) Animar, anualmente, no mês de outubro, a Semana Missionária para a Igreja Católica na Amazônia.

j) Incentivar, cada vez mais, as vocações leigas e religiosas para a missão em outras regiões do Brasil e do mundo.

k) Juntamente com os Conselhos Missionários, com a Pastoral da Juventude e o SAV (Serviço de Animação Vocacional), desenvolver com as comunidades o projeto das Missões Jovens.

l) Despertar nos Grupos de Família o interesse pela missão-evangelização, visando construir comunidades missionárias a serviço da vida.

m) Incentivar a utilização do método da Leitura Orante da Bíblia, sob a ótica missionária.

n) Motivar o intercâmbio e a partilha de projetos e experiências missionárias entre as paróquias.

o) Incentivar a elaboração e execução de um projeto missionário em nível diocesano.

POR UMA IGREJA ECUMÊNICA E DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

229. Muitas pessoas perguntam: “Como é que se consegue, na prática, viver a fé de modo ecumênico”? Para se compreender este desafio, deve-se ter presente o seguinte: ecumenismo não se faz primordialmente com técnicas ou usando estratégias complicadas. O trabalho ecumênico depende muito mais de cultivar certo tipo de sentimento, de atitudes e de uma espiritualidade de diálogo, de perdão mútuo, de muita oração e de disponibilidade interior. O Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo diz: “O movimento ecumênico é uma graça de Deus, concedida pelo Pai, em resposta à oração de Jesus (cf. Jo 17,21) às súplicas da Igreja, inspirada pelo Espírito Santo. O seu campo específico é o restabelecimento da unidade entre os cristãos, orientado no quadro da missão geral da Igreja que é congregar a humanidade em Jesus Cristo. Todos aqueles que são batizados em nome de Jesus Cristo estão, por esse mesmo fato, chamados a empenhar-se na procura da unidade”.

230. Compromissos para o Ecumenismo:

- a) Orar pela unidade dos cristãos;
- b) Ter consciência e convicção da própria fé;
- c) Ser comprometido e comprometida com a própria Igreja;
- d) Buscar a conversão de coração para reconhecer o que há de bom nas diferentes Igrejas;
- e) Procurar conhecer as outras Igrejas, sem preconceitos e sem ingenuidades, atendendo às mudanças que o Espírito vai sugerindo para sermos mais fiéis ao Senhor;
- f) Ficar alegres com o que temos em comum;
- g) Tratar as outras Igrejas como gostamos de ser tratados;
- h) Buscar a verdade juntos, lealmente, no desejo sincero de unidade e convivência;
- i) Colaborar com os membros das Igrejas em tudo que ajuda no progresso do Reino e do bem social;
- j) Evitar qualquer forma de proselitismo e fundamentalismo;
- k) Reorganizar a Comissão Diocesana para o Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso.

231. Organismos Ecumênicos de Vivência Cristã

Os organismos ecumênicos são instrumentos através dos quais as Igrejas buscam a prática da colaboração, tanto na reflexão da fé quanto na ação prática. Existem vários Organismos Ecumênicos (OE) de vivência cristã. Eles podem ter características variadas, de acordo com seu objetivo. Podem ser:

a) Uma pequena comunidade de cristãos e cristãs de diferentes tradições ou Igrejas que se reúnem com o intuito de vivenciar, no amor, sua fé comum e testemunhar a superação da intolerância e da competição religiosa;

b) Um grupo de oração pela unidade dos cristãos e pela paz da humanidade;

c) Um grupo de aprendizagem ecumênica e de diálogo inter-religioso e inter-cultural;

d) Um grupo comprometido com a defesa da vida e a promoção dos direitos humanos, da justiça, da paz e da salvaguarda da criação;

e) Organismos Ecumênicos: CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços); CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs); CIER (Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão); CLAI (Conselho Latino Americano de Igrejas); CMI (Conselho Mundial de Igrejas); CEBI (Centro de Estudos Bíblicos); CECA (Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria); SICA (Serviço Inter-confessional de Aconselhamento); CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular).

232. Em comunhão com a Conferência de Aparecida, assumimos o caminho do diálogo ecumênico como “caminho irrenunciável para o discípulo missionário” (cf. DAp, 227). cremos que “o ecumenismo não se justifica por uma exigência simplesmente sociológica mas evangélica, trinitária e batismal” (cf. DAp, 228). Confirmamos que, “onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo, crescem o conhecimento recíproco e o respeito, e abrem-se possibilidades de testemunho comum” (cf. DAp, 233). Neste caminho, queremos nos comprometer com o fortalecimento dos espaços e momentos em que cristãos e cristãs de diferentes Igrejas se encontram para vivência de oração em comum, tais como: a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, a Celebração do Dia Mundial da Paz (1º de janeiro), os Cultos Ecumênicos e as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas.

233. Entende-se por diálogo inter-religioso o encontro entre diferentes confissões cristãs e outras religiões, para o conhecimento e respeito mútuos, em vista da defesa e promoção da vida. “O diálogo inter-religioso, além de seu caráter teológico, tem significado especial na construção da nova humanidade: abre caminhos inéditos de testemunho cristão, promove a

liberdade e dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência motivada por atitudes religiosas fundamentalistas, educa para a paz e a convivência cidadã” (cf. DAp, 239).

234. A Igreja exorta para que os cristãos católicos promovam e participem ativamente das iniciativas ecumênicas em sua região (cf. UR, 24). Para isso, existe a Comissão Diocesana para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso. A essa Comissão, cabe a responsabilidade de promover o diálogo entre as Igrejas e as religiões na diocese e estabelecer relações da Igreja diocesana com outras Igrejas e religiões.

235. A Meta e os Princípios do Diálogo Inter-Religioso

Não se busca entre as religiões uma comunhão de fé. Essa comunhão é buscada no ecumenismo porque os cristãos e as Igrejas já tem em comum a fé em Jesus Cristo e no seu Reino. Mas as religiões tem modos de crer diferentes. Então, o diálogo inter-religioso tem como meta favorecer o mútuo conhecimento entre as religiões, para, conhecendo-se melhor, elas possam se respeitar em suas diferenças, conviver pacificamente e colaborar por um mundo mais justo e mais fraterno. São princípios fundamentais para o diálogo inter-religioso:

a) Afirmar juntos o valor sagrado da vida, sobretudo do ser humano. Isso ajuda a humanidade a superar os momentos de pessimismo, a sensação de fracasso e desânimo, sobretudo nas situações e ambientes de crises econômicas, de injustiças, de violência e de guerras.

b) Promover a educação e a prática do respeito mútuo, do diálogo, da convivência pacífica e da cooperação entre as diferenças, fundamental no mundo plural em que vivemos.

c) Explicitar mais e melhor o que já possuímos em comum. As diferentes religiões já compartilham alguns valores religiosos, como a fé em um Ser Criador, o cultivo da relação com Ele, a compreensão da origem e do fim de cada pessoa.

d) Discernir juntos os valores que constroem a paz no mundo. Sabemos que a paz não é simples ausência da guerra, mas é fruto da justiça e da prática da caridade.

e) Viver a compaixão para com os mais necessitados, empobrecidos e excluídos da sociedade.

f) Contribuir efetivamente para com as iniciativas ligadas à construção e promoção dos direitos humanos e da cidadania.

g) Promover o valor e o cuidado da criação, superando as ameaças à vida do planeta, consequências dos interesses econômicos que constroem uma cultura utilitarista e consumista na sociedade em que vivemos.

POR UMA IGREJA SOCIOTRANSFORMADORA

236. Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo (cf. EG, 176) Para realizar a sua missão evangelizadora, a Diocese de Lages assume o compromisso de continuar apoiando todas as iniciativas e lutas pela justiça, pela paz e salvaguarda da criação, bem como pelo cuidado dos pobres da terra e da terra, nossa casa comum.

237. Na Diocese de Lages, o Fórum das Pastorais Sociais é o espaço do exercício da rede de solidariedade. Constituem o Fórum: Setores da Pastoral, Serviços, Ministérios, Movimentos, Associações, Instituições e Organizações ligadas à Igreja Católica. Outras entidades afins podem participar. No Fórum das Pastorais Sociais convocam-se as Comunidades para o exercício de parcerias que promovem a justiça e o direito entre a Sociedade Civil, o Poder Público e as Comunidades Eclesiais.

238. Para efetivar a Dimensão Sociotransformadora de toda ação evangelizadora na diocese de Lages:

c) Deve-se garantir apoio logístico, econômico e formativo para o fortalecimento das Pastorais Sociais, na sua articulação com os Movimentos e Organizações Sociais e a Rede Cáritas nos diferentes níveis de nossa Diocese.

d) Multiplicar iniciativas de cuidado e acompanhamento pastoral com as pessoas e comunidades que vivem na própria carne a experiência do êxodo e do exílio nos inúmeros acampamentos, assentamentos e reassentamentos que estão presentes em nossa Região Serrana.

e) Fortalecer a articulação das Pastorais Sociais como ação organizada, planejada e sistemática, de modo a incidir no meio social.

f) Sensibilizar as comunidades para uma consciência ecológica, apoiando as iniciativas agro-ecológicas, empreendimentos de economia solidária, de coleta e reciclagem de materiais recicláveis.

g) Exercer o controle social das Políticas Públicas, participando dos diversos Conselhos Municipais como: Saúde, Criança e Adolescente, Assistência Social, Meio Ambiente, Idoso, etc.

h) Organizar os Fóruns Paroquiais das Pastorais Sociais.

i) Incentivar e apoiar os Fóruns Municipais de Políticas Públicas.

j) Garantir a formação sistemática das lideranças das diversas pastorais e organismos através da Escola Diocesana de Fé e Política.

Anexo I

FUNDO DIOCESANO DE SOLIDARIEDADE (FDS)

1. O QUE É?

É uma organização permanente, que coloca em prática a decisão da Assembleia Geral da CNBB de 1998 alterando a finalidade da tradicional coleta da Campanha da Fraternidade (CF), para constituir-se num fundo permanente de auxílio às iniciativas solidárias na diocese de Lages.

2. OBJETIVOS

- Estimular e favorecer a construção de relações sociais, econômicas e culturais justas, fraternas e solidárias;
- Apoiar projetos alternativos geradores de trabalho e renda;
- Fortalecer projetos sociais voltados preferencialmente ao tema da CF e incentivar a formação de grupos para o exercício da cidadania solidária.

3. CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE

O Fundo de Solidariedade (FDS) é constituído pelo total dos valores arrecadados, sobretudo, na coleta da Solidariedade em cada paróquia. Cada paróquia deve entregar 100% do resultado obtido no prazo de até 30 dias após a coleta.

40% são destinados ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e 60% para o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS). O FDS também poderá receber outras receitas, como: doações, convênios e repasses de outros fundos e organizações.

4. ORGANIZAÇÃO

4.1. Nível Diocesano: O FDS é organizado por dois animadores paroquiais e pelo Conselho Gestor. O Conselho Gestor, seguindo as orientações da CNBB, é presidido pelo Bispo diocesano e é composto por representantes das seguintes organizações:

- Cáritas Diocesana;
- Fórum das Pastorais Sociais;
- Conselho Pastoral Diocesano;
- Conselho Econômico Diocesano;
- Equipe da CF Diocesana.

4.2. Nível Paroquial e Comunitário:

O FDS tem em sua organização dois animadores paroquiais e dois animadores comunitários escolhidos pelo Conselho Pastoral Paroquial (CPP) e Conselho Pastoral Comunitário (CPC) respectivamente.

4.3. Atribuições dos Animadores e Animadoras Paroquial e Comunitário:

- Animar a coleta da Solidariedade na paróquia e nas comunidades;
- Participar do Conselho Pastoral Paroquial (CPP) e do Conselho Pastoral Comunitário (CPC) respectivamente;
- Preparar e organizar a distribuição do material da divulgação da CF;
- Organizar a coleta da Solidariedade e divulgar o resultado em seus respectivos níveis paroquial e comunitário;
- Enviar o resultado paroquial (coleta) para o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS);
- Prestar informações e apoio aos grupos na elaboração de projetos e emitindo parecer sobre os mesmos antes de serem enviados ao Conselho Gestor;
- Informar aos proponentes de projetos as decisões do Conselho Gestor;
- Acompanhar a aplicação dos recursos dos projetos de Ação Comunitária e, quando se tratar de projetos de Geração de Renda, monitorar as devoluções.

5. Atribuições do Conselho Gestor:

O Conselho Gestor tem como principal finalidade garantir os objetivos do FDS, promovendo e animando o serviço da solidariedade libertadora entre os excluídos e excluídas de nossa sociedade.

O Conselho Gestor é responsável pela animação, coordenação, gestão dos recursos, análise, seleção e prestação de contas dos projetos aprovados.

A prestação de contas da arrecadação e distribuição dos recursos será divulgada no Jornal CAMINHADA.

6. Datas ordinárias para análise de projetos:

O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente na última sexta-feira dos meses de junho e outubro. Os projetos devem ser entregues com antecedência mínima de quinze dias da reunião ordinária do Conselho Gestor.

7. PRIORIDADE DE APOIO:

- Grupos que não têm acesso a outras fontes de apoio financeiro.
- Região ou área que se encontre em situação de urgência ou emergência.
- Projetos preferencialmente relacionados ao tema da CF do ano.

8. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS:

Os recursos que constituem o FDS serão distribuídos da seguinte forma:

- 10% do total: para ações de animação, formação e administração do FDS, sob sua responsabilidade;
- O restante do valor será destinado preferencialmente em projetos de Geração de Renda.

Observação: O saldo eventual de cada Campanha da Solidariedade, ao terminar o ano, ficará incorporado à coleta e ao tema do ano seguinte.

9. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROJETOS:

Os critérios gerais elaborados pelo Conselho Gestor seguem princípios contidos nas Orientações da Cartilha do Fundo Nacional de Solidariedade, que são: transparência, autonomia, participação, partilha, solidariedade, retorno solidário, cidadania, sustentabilidade, protagonismo e mística. Além destes, que são gerais, temos ainda os seguintes critérios:

- Apresentar o pedido em forma de projeto conforme formulário próprio;
- O projeto obrigatoriamente precisa do parecer favorável do animador ou animadora da comunidade e da paróquia;
- O apoio solicitado não deverá ultrapassar cinco mil reais para projetos de Geração de Renda e três mil reais para projetos de Ações Comunitárias;
- Só serão aceitos projetos coletivos e que visem a superação de práticas individualistas em vista de uma sociedade solidária;
- O valor aprovado para os projetos de Geração de Renda deverá retornar 100% para o FDS, com carência de um ano e podendo a restituição ser parcelada em até 24 meses;
- Os grupos beneficiados com os projetos de Ações Comunitárias deverão apresentar contrapartida solidária, como: espaço físico, mão de obra...
- Não serão aprovados projetos “estritamente pastorais”.

NORMATIVAS ADMINISTRATIVAS PASTORAIS

BENS E PATRIMÔNIO

1. A paróquia deverá ter o inventário dos bens móveis e imóveis. As escrituras originais dos imóveis ficarão na Cúria com cópias na Paróquia. Todos os imóveis deverão estar regularizados.

2. Orientação para a cedência de área de terra da Igreja. a) Fazer o pedido por escrito, contendo a definição da entidade responsável pelo mesmo. b) O CPC ou CPP analisa a viabilidade da solicitação e a decisão deve constar em Ata assinada pelos conselheiros e pároco. c) A cópia da Ata e o mapa do terreno com a demarcação da área a ser cedida serão encaminhados ao Escritório da Mitra Diocesana para análise e deferimento.

CONSTRUÇÕES E REFORMAS

3. Orientação para Construção e Reforma: a) Plantas assinadas e aprovadas pelo Engenheiro responsável técnico e Alvará de Licença para a Construção expedido pela Prefeitura. b) Solicitar ao escritório da Mitra a Matrícula da Previdência Social. c) As plantas da construção já aprovadas pela Prefeitura não poderão ser alteradas. d) Os funcionários contratados deverão ter as carteiras de trabalho registradas pelo número da matrícula da Previdência Social e não pelo CNPJ da paróquia ou Mitra. O escritório poderá efetuar este serviço. e) Ao término da obra deverá ser solicitada a Certidão Negativa de Débitos (CND) na Previdência Social e o “Habite-se” junto à prefeitura. f) Encaminhar a averbação da construção e registro em cartório.

4. Para reformas de “Patrimônio Histórico” recomenda-se a visitação e orientação da Equipe de Patrimônio Histórico Diocesana.

EMPREGADOS

5. A paróquia deve efetuar a devolução da primeira via da folha de pagamento e folha de férias datadas e assinadas pelo respectivo funcionário até o mês seguinte do pagamento. Os pagamentos de funcionários deverão ser efetuados no máximo até o quinto dia útil do mês seguinte.

6. O funcionário que permanece na mesma função a cada dezoito meses precisa fazer o Atestado Periódico. Na mudança de função terá que fazê-lo novamente.

7. Atestado Médico de afastamento de funcionário por doença deverá ser encaminhado para o escritório. Se for necessária a Perícia Médica, esta deverá ser marcada pelo escritório.

8. O pedido do Recibo de Férias para funcionários deverá ser solicitado ao escritório com 30 dias de antecedência. Seu pagamento deverá ser feito obedecendo à data da emissão.

ESCRITÓRIO CONTÁBIL

9. O Balancete Mensal do Caixa da paróquia deve ser enviado ao Escritório Contábil até o final do mês seguinte.

10. O Extrato Bancário do dia 31 de dezembro de cada ano deverá ser entregue até final de fevereiro do ano seguinte no escritório da Mitra para o fechamento do balanço anual.

11. Todo o lançamento de Entradas e de Saídas no Caixa Paroquial deverá ter o respectivo comprovante. Igualmente deverão ser lançadas as entradas e as saídas de Projetos do Exterior.

12. O documento de venda de veículo da Mitra/paróquia deve ser entregue ao escritório da Mitra.

PÁROCOS E PADRES

13. Os padres tenham a Previdência Social (INSS) e Plano de Saúde. O INSS sobre um (01) salário mínimo e 50% do Plano de Saúde serão pagos pela paróquia.

14. O padre tenha uma cópia da identidade, CPF, carteira de motorista no escritório contábil da diocese.

15. O pároco é proibido de ser fiador ou avalista em nome da paróquia ou mitra diocesana, sob pena de perder a função e arcar pessoalmente (pessoa física) com a responsabilidade.

16. É proibido o empréstimo de cheques da paróquia ou comunidade a terceiros ou para pagamentos pessoais de seus administradores.

ALUGUÉIS DE PATRIMÔNIO

17. Para o empréstimo ou locação de salão, salas e outras dependências deve-se fazer contrato. Solicitar para o escritório da Mitra a elaboração do contrato, ou seu modelo, contendo cláusula sobre a responsabilidade civil.

FESTAS E PROMOÇÕES

18. Orientações para Festas e Promoções: a) A festa ou a promoção paroquial ou comunitária precisa fortalecer sempre o aspecto religioso e fraterno da comunidade. De outro lado, estará voltada para angariar recursos financeiros. Por isso, é importante lembrar que é mais válido se fazer uma festa ou promoção evangelicamente coerente e com menos arrecadação, do que uma festa ou promoção com maior arrecadação e nem um pouco evangélica. b) Para a animação de festas devem-se contratar bandas ou grupos musicais da própria região, evitando assim gastos dispendiosos e trabalhos vãos. Nenhuma comunidade ou festeiros estão autorizados a contratar bandas e grupos musicais muito caros, sem consultar o respectivo CPP. c) Sejam analisados, dentro das possibilidades, os repertórios musicais das bandas ou grupos musicais, evitando assim, que sejam propagadas no espaço cristão, doutrinas contrárias à fé e que banalizem a moral e os bons costumes, principalmente as que motivam o relativismo, o uso de drogas, o divórcio, o sexo e violência. d) Retirar a licença na delegacia. e) A indicação de novos festeiros deverá ser entregue com antecedência ao CPC ou CPP para aprovação antes da sua publicação.

DIVERSOS

19. Incentiva-se o exercício de Empréstimo e Hipoteca Solidária entre paróquias e comunidades evitando compromissos com entidades financeiras. Para efetuar empréstimo financeiro e financiamento em nome da paróquia é preciso da consulta prévia do Bispo ou Equipe Administrativa, uma vez que a Mitra Diocesana sempre será a responsável.

20. O saldo financeiro das paróquias e comunidades, bem como das festas, promoções e outros, deverá estar depositado em conta corrente em nome da paróquia ou comunidade, e nunca em nome de terceiros.

21. Recomenda-se o Seguro Conjugado MVS, presente nas dez dioceses do Regional Sul IV, para assegurar o patrimônio e veículos da paróquia e comunidades da Mitra Diocesana de Lages.

22. Por telefone não se informa dados institucionais ou pessoais do pároco sem o seu consentimento.

23. Abertura de contas bancárias, conta de energia elétrica, água, carros, terrenos e outros deverão ser cadastrados conforme segue: Mitra Diocesana de Lages, (seguido do nome da paróquia/comunidade e com o CNPJ da respectiva paróquia). As contas bancárias e respectivos talões de cheques deverão ser assinados pelo pároco e tesoureiro.

24. É proibido o funcionamento do serviço de bar em salões fora do período das festas comunitárias e paroquiais. Igualmente o funcionamento regular de cozinhas, padarias e outros sem a devida regulamentação. Para a locação a terceiros é indispensável o Alvará. Sejam considerados os eventos promocionais de caráter pastoral ou filantrópico.

25. Não é permitido velórios em templos, salões, salas de catequese e pastorais nos espaços urbanos.

26. Para sepultamento em cemitérios localizados em terrenos da Igreja é indispensável a licença de sepultamento da prefeitura municipal.

27. As Coletas estipuladas pela diocese são: Solidariedade (domingo de Ramos); Lugares Santos (6ª feira Santa); Óbolo de São Pedro (domingo posterior a 29 de junho); Missões (3º domingo de outubro); Campanha Nacional para Evangelização (3º domingo do Advento); Coleta ou Promoção anual para seminários e casas de formação religiosas. As Coletas deverão ser entregues na Mitra em até 2 meses após sua realização.

Aprovadas na 34ª Assembleia Diocesana

Anexo III



CÚRIA DIOCESANA DE LAGES

Rua Correia Pinto, 247 – Caixa Postal 20 – LAGES- SC
Fone/ Fax: (49) 3222-1520 / 3222-7713
e-mail: curiadelages@hotmail.com

NORMATIVA PASTORAL

Aos 23 de abril do presente ano, o clero da diocese de Lages, reunido no Centro de Formação Católica, reafirmou a opção e o compromisso com a manutenção das comunidades através do dízimo “*do que somos, temos, podemos e sabemos*” (DOAE, 139).

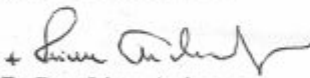
Na oportunidade foram atualizadas as únicas taxas:

- **Certidões – R\$ 15,00**
- **Matrimônio celebrado fora do domicílio ou quase domicílio dos noivos – R\$ 200,00**

Todos os sacramentos são realizados sem custos. Incentiva-se que o sacramento do matrimônio seja realizado na comunidade paroquial dos noivos. A taxa do matrimônio celebrado fora do domicílio ou quase domicílio dos noivos é efetivada na paróquia onde se realizará a cerimônia matrimonial para auxiliar nas despesas.

Lages, 23 de abril de 2013.



+ 
✠ Dom Irineu Andreassa
Bispo Diocesano de Lages

GLOSSÁRIO

AA - Concílio Vaticano II: Decreto Conciliar “Apostolicam Actuositatem” sobre o apostolado dos leigos.

AG - Concílio Vaticano II: Decreto Conciliar “Ad Gentes” sobre a atividade missionária da Igreja.

CDC - Código de Direito Canônico.

CF - Campanha da Fraternidade.

CIC - Catecismo da Igreja Católica.

CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil.

CNC - Comissão Nacional do Clero.

CR - Catequese Renovada: Documento nº 26, CNBB, 1983.

DAE CNBB Sul IV - Diretrizes da Ação Evangelizadora Regional Sul IV – SC.

DAp - V Conferência Geral do Episcopado Latinoamericano: Documento de Aparecida

DNC - Diretório Nacional de Catequese.

Doc. 100 – Documento da CNBB “Comunidade de Comunidades: A nova paróquia.

DP - Documento de Puebla.

EG - Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium” do Papa Francisco sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.

GS - Concílio Vaticano II: Constituição Pastoral “Gaudium et Spes” sobre a Igreja no mundo atual,

LG - Concílio Vaticano II: Constituição Dogmática “Lumen Gentium” sobre a Igreja.

NA - Declaração “Nostra Aetate” sobre a igreja e as religiões não-cristãs

NMI – Carta Apostólica “Novo Milênio Ineunte” do Papa João Paulo II no termo do Grande Jubileu do ano 2000.

SC - Concílio Vaticano II: Constituição “Sacrosanctum Concilium” sobre a Sagrada Liturgia

UR - Decreto “Unitatis Reintegratio” sobre o Ecumenismo.

Oração a Nossa Senhora dos Prazeres

Ó Senhora dos Prazeres, nossa Mãe e Padroeira, aceite nosso gesto de louvor e agradecimento por ter acolhido nossa comunidade sob sua proteção materna.

Aumente nossa fé, fortifique nossos corações na esperança e, que entre nós, se torne realidade sempre mais viva, a vontade de seu filho Jesus, o mandamento do amor.

Ó Senhora dos Prazeres, faça de nossas famílias igrejas vivas, abertas a todos, com frutos de participação ativa nos Grupos de Família e na comunidade paroquial.

Ó Senhora dos Prazeres, dê saúde aos nossos doentes, esperança e alegria aos angustiados e aflitos. Fortaleça-nos em nossa dor e sofrimentos. Que todos, em nossa comunidade, ajudados com sua força, vençam as dificuldades sem desanimar.

Ó Senhora dos Prazeres, desperte nossos corações para que cada um coloque à disposição de todos os dons que recebeu. Desperte nos jovens aquela vocação e aqueles dons que seu Filho lhes deu para a construção do mundo novo. E assim, surjam sempre mais entre nós leigos, sacerdotes e religiosos autênticos.

Que todos nós sejamos seus verdadeiros filhos, vivendo o que a Igreja nos pede hoje. E, com sua presença entre nós, construiremos já aqui na terra o céu, onde um dia nos encontraremos todos juntos. Amém!

ÍNDICE

Missão da Igreja e Objetivo Geral	02
Apresentação	03
VER	04
Nós somos o Povo Serrano	05
JULGAR	23
Queremos nos Evangelizar	24
Animados pela Palavra e pela Eucaristia	25
Em grupos de Família - Comunidades Eclesiais de Base	25
Participando na Construção de uma Igreja e de uma Sociedade	27
sem Exclusões, Justas, Fraternas e Solidárias	
Sinais do Reino Definitivo	29
A Igreja que Somos e Queremos Ser	30
Uma Igreja Participativa	33
Uma Igreja Ministerial	36
Uma Igreja Celebrativa	42
Uma Igreja Missionária	47
Uma Igreja Ecumênica e de Diálogo Inter-religioso	50
Uma Igreja Sociotransformadora	52
AGIR	56
Por uma Igreja Participativa	57
Por uma Igreja Ministerial	69
Por uma Igreja Celebrativa	76
Por uma Igreja Missionária	84
Por uma Igreja Ecumênica e de Diálogo Inter-religioso	86
Por uma Igreja Sociotransformadora	89
Anexos	
Fundo Diocesano da Solidariedade (FDS)	90
Normativas Administrativas Pastorais	93
Normativa Pastoral	96
Oração a Nossa Senhora dos Prazeres	98

Elaboração:

33ª Assembléia Diocesana de Pastoral - 31/10 e 01/11 de 2014

34ª Assembléia Diocesana de Pastoral - 31-07 e 01/08 de 2015

Revisão:

Pe. Reginaldo Pereira

Pe. José Roberto Moreira

Alex do Prado

Diagramação:

José Rodolfo de Lima - ArtPubli Design

Impressão:

Impressul Indústria Gráfica Ltda.

Tiragem:

5.000 exemplares

Diretrizes da Ação Evangelizadora - Diocese de Lages - 2015-2021

SECRETARIADO PASTORAL DIOCESANO

R. Correia Pinto, 247 - Caixa Postal: 20
Fone: (49) 3222-1724 - Fax: (49) 3222-4204
e-mail: secretariadolages@yahoo.com.br
88.502-970 - Lages/SC